



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4^{MASSAS}

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 596 - DE 29 DE SETEMBRO A 13 DE OUTUBRO DE 2019 - R\$ 4,00

CSP-Conlutas e CUT realizam seus Congressos depois de enterradas as lutas

**A tarefa da vanguarda
marxista-leninista-trotskista
é a de lutar pela constituição
de novas direções classistas**

**É a de trabalhar pela independência de classe
do proletariado e da maioria oprimida
É a de organizar o movimento das massas
sob o programa da revolução
e ditadura proletárias**

Viva os 70 anos da Revolução Chinesa!

**Combater a restauração capitalista com o internacionalismo proletário
Assimilar as experiências para construir o Partido Operário Revolucionário
Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional**

Construir direções classistas

Na primeira quinzena de outubro, a CSP-Conlutas e a CUT realizarão seus congressos. Está claro que não despertam o menor interesse à classe operária. O motivo está em que não expressam as necessidades e as suas tendências de luta. Ocorrerão depois de duas traições e duas derrotas profundas dos explorados: a de 2017 e 2019, com a imposição da reforma trabalhista, lei da terceirização e reforma da Previdência. Tanto a Conlutas quanto a CUT não se dispuseram a realizar o congresso no momento em que mais se precisava. Como diz o ditado: “águas passadas não movem moinhos”.

É obrigatório saber por que esses congressos estão tão distantes das reais necessidades da luta de classes. Em nosso entendimento, porque faz um bom tempo que vem prevalecendo a política de colaboração de classes. O que levou os sindicatos a se burocratizarem em níveis elevados.

A enorme influência do PT e do lulismo sobre as massas ergueu um muro de contenção à organização independente dos explorados. A CUT foi criada na situação de bancarrota da ditadura militar, enfraquecimento do intervencionismo estatal nos sindicatos e quebra do refluxo do movimento operário. Assim, seu congresso de fundação esteve vinculado à retomada da luta de classes. Materializou os instintos de luta das massas, que necessitavam de uma organização centralizada, e abriu caminho para a realização de uma tarefa histórica que a classe operária vinha perseguindo, desde o início do século XX.

É bom lembrar que os velhos burocratas que serviram à intervenção militar no sindicalismo procuraram evitar a criação da CUT. Seus aliados, PCB e PCdoB, combateram o seu nascimento, em nome da luta democrático-burguesa unitária contra o regime militar cambaleante. A CUT veio à luz passando por cima de potentes obstáculos. Não por obra daqueles intitulados de “sindicalistas autênticos”, mas por obra do ascenso da classe operária, que passou por cima do aparato sindical amarrado à ditadura. Lula e um conjunto de novas lideranças simplesmente foram os canais por onde o proletariado manifestou seu instinto de combate. Precisamente porque, contraditoriamente, não encarnavam o programa da revolução social, cumpriam o papel de coveiro da tarefa de organizar os explorados no campo da independência de classe.

Por um período, a direção da CUT manobrou com a

bandeira de “autonomia sindical diante dos partidos”, mas, assim que o PT e Lula se projetaram eleitoralmente, a manobra perdeu validade. A central se tornou um aparato do petismo, ou seja, da política nacional-reformista. Abriu-se o curso do divisionismo, que parecia ter sido vencido, com a adesão do estalinismo (das variantes estalinistas) à CUT. Sob o governo de Lula, se criaram novas centrais, impulsionadas pelo ambicioso imposto sindical. Internamente, a CUT sofreria duas importantes cisões: a da Conlutas, encabeçada pelo PSTU; e a da CTB, pelo PCdoB. Assinalamos também a ruptura da Intersindical (hoje fragmentada em duas tendências). A criação do PSOL, por sua vez, atraiu a Intersindical, favorecendo a sabotagem à Conlutas. No final das contas, os explorados, hoje, estão divididos por mais de uma dúzia de centrais.

O fenômeno da burocratização e do divisionismo sin-

dical expressa a profunda crise de direção revolucionária. Pesa em grande medida na sustentação do capitalismo putrefato. Na situação em que a burguesia e seu governo atacam de conjunto a classe operária e a maioria oprimida, evidencia-se mais claramente a função contrarrevolucionária da burocracia sindical. A frente burocrática das centrais enterrou dois ascensos do proletariado: o da greve geral de abril de 2017, e o da de maio-junho de 2019. Prestaram um grande serviço ao grande capital e aos governos de Temer e Bolsonaro.

A Conlutas, que cindiu a CUT pela esquerda, em nome do combate ao colaboracionismo, foi incapaz de desenvolver uma política própria, de se diferenciar das manobras da cúpula das centrais, e se adaptou à frente burocrática. Infelizmente, o congresso da Conlutas não terá como expressar uma ruptura classista e revolucionária da camisa de força do aparato burocrático e da política de colaboração de classes. A CUT se mostrará ainda mais ossificada na sua torre de marfim da vasta casta de sindicalistas servís aos interesses históricos da burguesia.

A vanguarda, apesar de ultraminoritária, tem a tarefa de lutar pela construção de uma nova direção classista. O máximo que poderá fazer é defender o programa e a estratégia da revolução proletária. Será no seio dos explorados, e estreitamente vinculada aos seus instintos de revolta contra a exploração capitalista e à propriedade privada dos meios de produção, que se fortalecerá a nova direção revolucionária.

O fenômeno da burocratização e do divisionismo sindical expressa a profunda crise de direção revolucionária. Pesa em grande medida na sustentação do capitalismo putrefato. Na situação em que a burguesia e seu governo atacam de conjunto a classe operária e a maioria oprimida, evidencia-se mais claramente a função contrarrevolucionária da burocracia sindical.

Bloqueio às forças produtivas recai sobre os explorados

A economia do Brasil passou pela severa recessão de 2015 e 2016. Voltou a crescer em 2017 e 2018, pouco mais de 1%. Estima-se que, em 2019, não alcance essa marca. Chegou-se a prever uma recessão técnica, quando o crescimento cai em três trimestres. A indústria de transformação foi a mais atingida, e continuará sendo. Segundo as previsões do governo e de instituições, os próximos anos serão de baixo crescimento.

Não se trata apenas de um mal da economia nacional. As projeções da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) são de que a situação mundial é de descenso. As estimativas estão sendo revistas para baixo. Caso se confirme o crescimento no Brasil, de apenas 0,87%, na melhor das hipóteses, o País ficará na traseira internacional, segundo diagnóstico dos analistas.

Já há algum tempo, discute-se o baixo crescimento e a tendência à estagnação da economia brasileira, bem como a força da desindustrialização. Nota-se que a crítica que deposita tudo na conta do governo do PT, principalmente no de Dilma Rousseff, se esfumaça. Esfumagou-se igualmente a demagogia reformista do PT sobre a possibilidade do "desenvolvimento sustentável", muito propagandeado no auge do governo de Lula.

As determinações da economia mundial sobre a nacional são mais poderosas que as políticas de distintos governos da burguesia. O governo reformista do PT fez a população acreditar que suas diretrizes eram responsáveis pelo mundo encantado que estava por chegar. A hecatombe mundial, iniciada pela derrocada da economia nos Estados Unidos, em 2008, varreu o petismo do poder, e toda sorte de nacional-reformismo, que julgou estar a América Latina se encaminhando para se emancipar dos grilhões do imperialismo.

As forças burguesas liberais e ultraliberais, francamente pró-imperialistas, passaram da defensiva para a ofensiva. O golpe de Estado no Brasil, em 2016, expressou o ponto alto da virada. Apresentou-se à população como a condição emergencial para salvar o País da quebra, do agigantamento do desemprego, e da volta da miséria. Em lugar do protecionismo, do estatismo e dos gastos perdulários do Tesouro Nacional, que supostamente teriam causado o descalabro da recessão, do déficit das contas públicas, etc., se ergueriam a liberalização, a abertura ao exterior, a desestatização, o retorno ao crescimento, e a criação de milhões de empregos.

Reataram-se os laços da política de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. A ditadura civil de Temer teve e, agora, a de Bolsonaro tem a seu favor o impulso dado pelo "neoliberalismo" do PSDB e pelo fracasso do nacional-reformismo. De um lado, se deu continuidade aos planos de privatizações e de abertura econômica; de outro, se avançaram em grande escala as contrarreformas. Temer e Bolsonaro deram ao capital financeiro e aos monopólios as reformas trabalhista e previdenciária, e completaram a lei da terceirização.

O golpe de Estado e o governo usurpador prepararam o caminho para o governo ditatorial avançar. Esse movimento e mudança política, no entanto, não resultaram em salto eco-

nômico. Não foi nenhum feito de política econômica que tirou o País da recessão. Os dois anos de queda do Produto Interno Bruto (PIB) e de explosão do desemprego foram os mais longos e profundos da história econômica e social por que passou o Brasil. Depois da grande quebra, a retomada viria, cumprindo a lei dos ciclos econômicos. A questão posta ao governo golpista de Temer era se sua política impulsional o retorno ao crescimento, ou não.

Não se pode ignorar a importância decisiva da intervenção do Estado nas relações econômicas de um país semicolonial, de economia atrasada e condicionada pelo capital internacional. As decisões de Temer foram as de privilegiar os interesses dos banqueiros e dos credores da dívida pública, em primeiro lugar. A PEC do Teto limitou, em grande medida, a ação do Estado em favor da recuperação econômica. Os cortes orçamentários estão sendo ainda mais duros no governo de Bolsonaro. Mesmo com a contenção orçamentária, a inflação baixa e a queda na taxa Selic, a dívida pública continua pressionando

A persistência do potencial produtivo ocioso impossibilita elevar as taxas de investimento, incide negativamente sobre a dívida pública, impulsiona o parasitismo financeiro, e desvaloriza as estatais no mercado das privatizações. O capital financeiro e o monopolista se valem dessa fragilidade do Estado, do governo e da política econômica, para impor mais e mais condições antinacionais e antipopulares.

poderosamente o Tesouro Nacional. O governo antinacional não teme sucatear os serviços públicos, em particular a educação e a saúde. Seu norte é o do aumento da privatização em todas as áreas. A implantação da reforma trabalhista e da lei da terceirização fragilizou as condições de existência das massas. Logo mais, os explorados sentirão os efeitos daninhos da reforma da Previdência.

Tais regressões nas relações de trabalho desvalorizam o valor da força de trabalho, ampliam a informalidade e o subemprego de milhões. A burguesia recorre à superexploração das massas para manter seus lucros e garantir o pagamento da dívida pública. A persistência do potencial produtivo ocioso impossibilita elevar as taxas de investimento, incide negativamente sobre a dívida pública, impulsiona o parasitismo financeiro, e desvaloriza as estatais no mercado das privatizações. O capital financeiro e o monopolista se valem dessa fragilidade do Estado, do governo e da política econômica, para impor mais e mais condições antinacionais e antipopulares. Aí se encontram os limites das forças produtivas internas, que tendem a se estagnar e desintegrar. Aumenta-se a dependência do País ao curso da crise mundial, avoluma-se o bloqueio ao desen-

volvimento das forças produtivas. Fortalece-se o processo de desindustrialização, aumenta-se o peso da produção de commodities. O retrocesso na industrialização, que há tempo vem paulatinamente ocorrendo, agiganta as atividades que pesam na lentidão do crescimento e a favor do atraso. Esse caminho é benéfico ao capital parasitário e ao saque imperialista.

Enquanto a burguesia estiver no poder, descarregará a crise sobre a maioria oprimida e atenderá aos interesses do imperialismo. Não há como desenvolver as forças produtivas e promover o progresso social. A tendência é a de ampliar e aprofundar o atraso econômico e a barbárie social.

A defesa da vida das massas é o ponto de partida do programa proletário. A luta pelos empregos e salários se choca

com as contrarreformas. Os explorados continuarão a percorrer esse caminho, como fizeram diante dos ataques de Temer e Bolsonaro. Como ponto de partida, está condicionado às tarefas democráticas de independência nacional, rompimento com o imperialismo, expropriação do grande capital, estatização do capital financeiro e nacionalização das terras. Em particular, é imprescindível a luta pelo cancelamento da dívida pública.

As forças produtivas somente serão liberadas com a transformação da grande propriedade dos meios de produção em propriedade social. Eis a importância decisiva da organização dos explorados sob a estratégia da revolução proletária, da conquista do poder pelos explorados e constituição do governo operário e camponês.

CONTINUA A OFENSIVA CONTRA OS EXPLORADOS

Paulo Guedes, ministro da Economia, reconhece que as contrarreformas aprovadas não são suficientes para equilibrar as contas públicas, obter superávits que possam desafogar o Tesouro Nacional e, assim, aumentar a capacidade do Estado em auxiliar os capitalistas. Fez uma nova investida, com a Lei da Liberdade Econômica, que recrudescer a reforma trabalhista. E trabalha por reduzir a folha de pagamento do funcionalismo público.

mínimo, a redução salarial dos servidores, a redução da jornada, as demissões e contratação de terceirizados fazem parte do arsenal voltado a cobrir o déficit primário e alcançar um superávit. Guedes procurou ir mais longe: arquitetou a ressurreição do imposto CPMF. Caso desse certo, prometeu aos empresários "desonerar a folha de pagamento". Uma das medidas seria a de livrar o patronato da contribuição com a Previdência, de

classe operária, é uma ameaça que pode ser concretizada, se não reagir desde já.

A burguesia raspará o fundo do tacho, se necessário for, para se proteger da crise que desintegra o capitalismo. O capital financeiro e o imperialismo pressionam o governo a dirigir a política econômica nesse sentido. Sabem, perfeitamente, que o precipício aberto pela debacle de 2008 não tem como se fechar, senão destruindo maciçamente forças produtivas criadas em excesso, e sacrificando ainda mais as massas. Não por acaso, há décadas que a burguesia internacional vem impondo as contrarreformas. O Brasil devedor, dependente do capital externo, e subordinado aos monopólios, tem sido arrastado pela onda regressiva mundial.

Sem que o proletariado e os demais explorados se levantem com suas reivindicações próprias, métodos próprios de luta e estratégia própria de poder, a barbárie social continuará avançando. O caminho traçado pelos exploradores e pelo imperialismo está bem claro. Cabe à classe operária clarear o seu. Trata-se de começar a superar sua crise de direção. Diante dessa tarefa, reside a responsabilidade da vanguarda classista, que está à frente das lutas e constrói o partido da revolução proletária.

Sem que o proletariado e os demais explorados se levantem com suas reivindicações próprias, métodos próprios de luta e estratégia própria de poder, a barbárie social continuará avançando.

Almeja liberar completamente o Orçamento das despesas obrigatórias, como as da saúde e educação. Um dos pontos do "novo" plano é o de acabar com a obrigatoriedade de reajustar o salário mínimo de acordo com a inflação.

O ministro colocou-se como missão de primeira hora a de ampliar a margem orçamentária, para manter a garantia de pagamento do gigantesco montante de juros aos credores da dívida pública, e ter uma folga que lhe permita abastecer os interesses dos empresários. A quebra da obrigatoriedade de reajuste do salário

maneira que somente os trabalhadores contribuiriam. Essa alteração preparava a via da extinção da Previdência contributiva, e da implantação da Previdência por capitalização (privada).

Das reformas trabalhista e previdenciária, se desdobra esse fatídico plano. Mesmo que as divergências no Congresso Nacional inviabilizem o avanço nesse sentido, está posto o ovo da serpente. Indica uma meta a ser alcançada. Do ponto de vista da classe burguesa, é uma possibilidade que pode ser utilizada a qualquer momento. Do ponto de vista da



MASSAS
EDIÇÃO ESPECIAL
ORÇÃO SEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PARA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 581 - DE 7 A 28 DE JULHO DE 2019 - R\$ 5,00

**1989
2019**

30 anos construindo o Partido Operário Revolucionário (POR)

Adquira com nosso distribuidor

30 anos construindo o Partido Operário Revolucionário (POR)



Pacto do Congresso Nacional com o governo antinacional e antipopular

O ministro Guedes e os presidentes da Câmara e Senado, Maia e Alcolumbre, fecharam um acordo em torno à chamada "agenda econômica". Pretendem que o Congresso Nacional aprove a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), do deputado Pedro Paulo (DEM), que abre caminho para se eliminar a vinculação de despesas obrigatórias (saúde, educação), e a indexação (reajuste do salário do funcionalismo e do salário mínimo). Fez parte das conversas "republicanas-federativas", como pressionar os governadores e prefeitos a descarregarem a crise sobre o funcionalismo. Não poderia faltar a "convergência de ideias" em torno à privatização da Eletrobras, etc. e do leilão do pré-sal. A denominada "cessão onerosa" implica na entrega de vasta reserva petrolífera na Bacia de Santos. Bolsonaro tem pressa em receber parte do dinheiro, e os governadores, ânsia em pegar seu quinhão. Criou-se uma unidade vendilhã. A previsão é de que o "megaleilão" renderá R\$ 106,5 bilhões. As petroleiras imperialistas estão prontas para pôr as mãos em mais um rico filão dos recursos naturais do País. Está claro que é por meio das instituições formais da democracia que vêm materializando-se a política pró-imperialista. Os reformistas insistem em alimentar as ilusões democráticas das massas, principalmente da classe média arruinada. Estando na oposição, acabam se sujeitando às forças econômicas, que favorecem o fortalecimento dos laços que subordinam o Brasil às potências, principalmente aos Estados Unidos. Bolsonaro levará às últimas consequências as privatizações e a desnacionalização. Conta para isso com a sujeição do PT, burocracia sindical e aliados à democracia burguesa, que, de resto, sempre foi oligárquica e sempre será, até que os explorados a desmoronem e a substituam pela democracia proletária. O reformismo já se mostrou incapaz de travar a luta anti-imperialista, contrapondo-se às privatizações e à desnacionalização. Somente em palavras, grita pela soberania nacional. Na prática, está atada às manobras de Guedes-Maia-Alcolumbre.

O significado da entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos

Em 18 de março, Bolsonaro assinou o protocolo de intenções de cessão da Base de Alcântara aos Estados Unidos. Cerca de cinco meses depois, em 21 de agosto, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, presidida por Eduardo Bolsonaro, aprovou o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST). Vinte um votaram a favor, e seis, contra. O imperialismo norte-americano obteve um acordo em melhores condições do que o oferecido no governo de Fernando Henrique Cardoso. Desta vez, contou com o voto não só de governistas como também de opositores.

O que mais chamou a atenção foi o voto em separado da deputada Perpétua Almeida, do PCdoB. Em separado por que precisou justificar a conduta pró-imperialista. Declarou sua anuência ao AST, em nome da abertura de Alcântara a todos os países interessados, e da defesa de uma "indústria aeroespa-

A gravidade das duas traições

Os explorados e a juventude se dispuseram a combater a ofensiva de Bolsonaro-Guedes. Em abril de 2017, realizaram uma jornada contra as reformas de Temer. A greve geral do dia 28 contou com a presença massiva da classe operária. Assinalou a saída de um longo refluxo. No entanto, a frente burocrática das centrais desmontou, já no mês seguinte, o movimento. O governo golpista, odiado pela maioria, apesar de mergulhado em profunda crise política, aprovou a reforma trabalhista, sem nenhum problema. Ao não retomar a greve geral, a direção assinalou ao Congresso Nacional o limite da luta.

O mesmo se passou com as manifestações de maio, e a greve geral de junho de 2019. O debilitamento da resistência ficou impresso na menor participação do proletariado no combate à reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes-Maia. Embora a situação política houvesse se alterado com a eleição presidencial, momento em que se avivam as ilusões democráticas, o peso fundamental da desconfiança dos explorados se deveu à direção sindical. A frente burocrática estava comprometida com a posição de reformar o projeto do governo, na Câmara dos Deputados.

As duas traições passam a ser o maior obstáculo à retomada imediata da luta nacional. Não se sabe o quanto pesará no tempo, uma vez que os explorados continuam a sentir a violência do desemprego e subemprego. As tendências de luta, certamente, não foram abortadas. As medidas complementares do governo à reforma trabalhista e previdenciária potencializarão ainda mais o descontentamento coletivo.

A bandeira de retomada da luta, das manifestações e da greve geral pode ser o norte para a vanguarda militar no seio dos explorados e da juventude, e indicar o caminho da frente única classista, anti-imperialista, oposta à frente burocrática, responsável pelas duas derrotas. Cresce a desmoralização de Bolsonaro. O que facilita a agitação e a propaganda de que se trata de um governo ditatorial, voltado a descarregar a crise capitalista sobre a maioria oprimida.

cial nacional". Até parece que os governos de Temer-Bolsonaro não acabaram de entregar a Embraer à Boeing. Tamanho servilismo obrigou a deputada a se lançar ao mar da hipocrisia. Seguiu, assim, os ditames do governador do estado do Maranhão, Flávio Dino.

No seu passado nacionalista, o PCdoB estalinista falava de boca cheia ser o verdadeiro defensor da soberania nacional. Já não pode teatralizar com certo realismo. O voto de Perpétua, definitivamente, colocou o PCdoB como parte dos vende a pátria. Não é mais o oportunista, mascarado com o estandarte do comunismo, mas o traidor da nação oprimida.

O PT e PSOL votaram contra, também em nome da soberania. Menos mal! O problema está em que acreditam ser possível garantir a independência da semicolônia, nos marcos do capitalismo. O voto opositor do PT foi de pura conveniê-

cia. Esteve no poder, e foi incapaz de tocar nos interesses do capital financeiro e do imperialismo. Não poderia, evidentemente, chegar ao ponto de entregar Alcântara. Mas, sua política não era e não é impermeável às pressões das potências. O PSOL pensa em trilhar um caminho de um reformismo mais nacional. Seu voto não tem peso na política burguesa. O fundamental está em que esses opositores são incapazes de usar sua influência política sobre os explorados e a juventude para organizar um movimento anti-imperialista.

A entrega de Alcântara faz parte de um plano maior de privatizações e de alinhamento com os Estados Unidos. Está mais do que colocada a necessidade de constituir uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária. Os votos do PT e PSOL teriam substância anti-imperialista, se expressassem um movimento das massas pela independência e soberania nacionais. Se usassem a tribuna do parlamento burguês para dirigir à classe operária um chamado à formação da frente única anti-imperialista. A vanguarda deve abrir os olhos para os hipócritas. Não basta denunciar o PCdoB, deixando o

Notas Nacionais

PT e PSOL na sombra da bandeira que corresponde à independência nacional.

No começo de setembro, Dilma Rousseff, Fernando Haddad, Vagner Freitas e Guilherme Boulos presidiram um ato, no Congresso Nacional, de lançamento da "Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, do Emprego e Contra as Privatizações". Bela e altruísta bandeira. Mas que servirá apenas de fachada parlamentar, diante dos eleitores, e de atrativo, aos "empresários brasileiros", acossados pela guerra comercial de Trump. Os reformistas rechaçam terminantemente a constituição de uma frente única anti-imperialista, que coloque as massas em marcha, em choque com a opressão de classe e nacional.

Somente a classe operária pode assumir a tarefa da independência nacional, que começa pela defesa das suas condições de existência, e contra o saque do País pelos monopólios e o capital financeiro. A bandeira "Abaixo a Entrega de Alcântara aos Estados Unidos" está na ordem do dia. Deve ser propagandeada e agitada, juntamente com o trabalho de pôr em pé a frente única anti-imperialista.

Quinzena Operária

INCAPACIDADE DA DIREÇÃO SINDICAL IMPOSSIBILITOU A GREVE NA EMBRAER

Por dois dias, a fábrica de aviões, recentemente vendida para a Boeing, esteve parcialmente paralisada. O descontentamento dos trabalhadores se deu em função da recusa da empresa em conceder 6,37% de reajuste e propor apenas a inflação de 3,28%; impor a terceirização na produção, e arrancar direitos da Convenção Coletiva.

No primeiro dia da greve, 24 de setembro, após a assembleia do período diurno, o sindicato orientou os operários a voltarem para casa. No turno da noite, não ocorreu a assembleia, e os 90 (segundo a direção sindical) puderam furar o movimento, sob a alegação de que trabalhavam em lugares perigosos, e que não podiam paralisar. Durante toda a noite, o sindicato ficou nos portões da fábrica. Foi nesse momento, às 21 horas, que a empresa chamou para uma reunião. Não apresentou nenhuma proposta, mas exigiu que o sindicato colocasse fim à greve. Nesse momento, a posição da direção era de continuidade da greve.

No segundo dia, a Embraer convocou a polícia para garantir a entrada dos trabalhadores. Impediu o fechamento da rua, e os dirigentes chamaram os operários para a assembleia de decisão sobre o que fazer. Temerosos com a ação dos policiais e das chefias, uma parcela retomou o trabalho. O piquete era constituído pela direção sindical, que não forçava os operários a acatarem a decisão de greve, permitindo que a quebrassem. Segundo o sindicato, o piquete quem faz é a direção, separando os grevistas da ação do piquete, fundamental para assegurar a força do movimento. Mesmo assim, a polícia começou a reprimir os diretores, que tentavam impedir a entrada. Foi nesse momento que o sindicato conseguiu reunir os trabalhadores, que permaneciam na calçada, e realizar a assembleia.

Na assembleia, houve duas propostas: continuidade ou suspensão da greve. Um dos diretores tomou a palavra para dizer que a decisão caberia aos operários, mesmo que votas-

sem pela suspensão, o sindicato se manteria ao lado deles. Os discursos se limitaram a criticar a Embraer, que se negava a conceder o reajuste, e a Boeing, que impõe a terceirização ao setor de produção. Diziam que a Embraer nunca havia chamado a polícia para os trabalhadores. Depois dos discursos, colocou-se em votação e foi aprovada a continuidade da greve. Em seguida, os operários foram dispensados antes da entrada do setor administrativo. O que facilitou a decisão da empresa e da polícia de reforçar o cordão para que os trabalhadores administrativos pudessem entrar. Diante dessa situação, coube ao sindicato, sem assembleia, suspender a greve.

Que lições devemos extrair: 1) havia um descontentamento de uma parcela de operários com os salários, com a imposição da terceirização, portanto, com o desemprego e com a quebra do acordo coletivo; 2) a greve não foi preparada pela direção sindical; 3) o movimento grevista de dois dias foi passivo, o que facilitou a ação da polícia e da empresa; 4) a orientação da direção, de pedir para os operários voltarem para a casa, é uma conduta desorganizadora e despolitizadora; 5) a greve com piquetes é uma conquista da classe operária, que são realizados pelos grevistas; 6) esperar uma ação de diálogo sem repressão por parte da Embraer é uma estupidez sem tamanho; 7) a greve da Embraer poderia abrir caminho para outras greves fabris, porque os patrões estão decididos em manter o arrocho salarial e impor a todo o custo a reforma trabalhista e a lei da terceirização; 8) a greve mostrou que as direções sindicais, sejam da CUT, Força e Conlutas, não estão dispostas a enfrentar o patronato e o governo, o que implica potencializar a disposição de luta da classe operária.

O sindicato e a Conlutas jogaram fora uma chance de ouro para impulsionar a bandeira contra a terceirização, a reforma trabalhista e o desemprego. Não prepararam uma greve de resistência às pressões patronais e à repressão policial.

Sem resistência dos explorados, Bolsonaro impõe mais uma lei antioperária

No dia 20 de setembro, Bolsonaro transformou em lei a MP 881, chamada de MP da “liberdade econômica”. O conteúdo da liberdade capitalista de exploração da maioria oprimida é explicitado no próprio discurso de Bolsonaro, quando da sua promulgação. Disse: *“Nós devemos estudar um projeto, não o Meu Primeiro Emprego, mas o Minha Primeira Empresa (...)”*. Mostra que a preocupação real não é com os trabalhadores e o desemprego, que atinge 13 milhões de pessoas, mas sim com o patrão. E ainda completa: *“Nós queremos é dar meios para que as pessoas se encorajem, tenham confiança, uma garantia jurídica de que o negócio, se der errado lá na frente, ele desiste e vai levar sua vida normalmente, e não fugir da Justiça para não ser preso”*, ou seja, que a medida vem no sentido de garantir que a exploração do trabalho possa ser feita de maneira brutal, e que mesmo que os direitos trabalhistas não sejam cumpridos, o patrão não precisará “fugir da Justiça”. É a constatação da legalização da arbitrariedade capitalista contra os explorados. Trata-se de uma continuidade da destruição dos direitos trabalhistas e da reforma trabalhista, aprovada no governo Temer.

Dentre as medidas aprovadas, estão:

- O fim do e-Social, que servirá para que os poucos direitos trabalhistas sejam realmente cumpridos;
- O registro de ponto obrigatório somente para empresas com mais de 20 funcionários, quando anteriormente a exigência era aquelas com mais de 10;
- A marcação do ponto por exceção, que significa que os horários de trabalho regulares não necessitarão ser registrados, o que facilitará o não registro das horas-extras, prática que já

existe hoje, e se aprofundará. Apesar da necessidade de acordo individual ou coletivo para implementação dessa medida, sabemos que o trabalhador não terá opção de não o aceitar, pois, sua vulnerabilidade o fará assinar o que lhe for exigido. Isso quando esse acordo não for condição para conseguir o emprego. Além de que o medo de retaliação o empurrará a não registrar as horas extras;

- A desconsideração da personalidade jurídica, que implica que, em caso de falência, os patrimônios de empresas do mesmo grupo ou dos sócios, etc. não poderão ser usados para saldar as dívidas da empresa. Na prática, significa o não pagamento de dívidas trabalhistas, em caso de falência.

Defendemos que os sindicatos e as centrais organizassem a classe operária e demais explorados para reagir tamanha violência sobre a força de trabalho. No entanto, essas direções continuaram com a política de colaboração de classes. O fato de Bolsonaro ter feito a lei passar a valer imediatamente, quando a MP previa seu início somente depois de 90 dias de sua promulgação, mostra quão livre está o governo para aprovar medidas antioperárias, sem que haja uma resistência dos trabalhadores.

Como se vê, é necessária uma luta encarniçada para reverter toda a perda de direitos que vem sendo imposta, governo após governo. É com a independência de classe, e não com a conciliação de classes, que seguiremos nessa direção. É imperativo constituir as frações revolucionárias no seio dos sindicatos e centrais, para que a luta geral dos explorados se levante. A classe operária deve tomar em suas mãos a luta contra a burguesia, que descarrega todo o peso da crise econômica sobre os explorados.

Ceará

Onda de ataques das facções e violência policial do Estado são expressões da barbárie capitalista

Mais uma vez, a violência promovida pelo crime organizado assola o Ceará. Em apenas 6 dias já passam de 60 o número de ataques ocorridos em todo o estado contra ônibus, caminhões, carros das companhias de energia e água, concessionárias, além de prédios públicos. Aulas foram suspensas em várias escolas e universidades, o comércio tem fechado em alguns bairros e ônibus foram incendiados, afetando o transporte em toda capital.

Segundo o secretário de segurança pública, André Costa, os casos estão relacionados à transferência de líderes das facções criminosas e os ataques estariam sendo ordenado de dentro das prisões, não mais por telefone, mas por intermédio de mensageiros: familiares, amigos e até advogados. A ação das facções seria também uma retaliação contra o fim de algumas “regalias” nos presídios, que os presos teriam perdido no início do ano, como visitas íntimas, tomada elétrica nas celas, etc.

Cerca de 50 prisões já foram efetuadas e o governo recusa qualquer negociação. Camilo Santana/PT, mais uma vez, recorreu ao Ministério da Justiça, Sérgio Moro, para o envio de equipamentos e, em último, caso de homens da Força Nacional.

Com os ataques, a frota de ônibus foi reduzida em 30%. Em muitas rotas, os ônibus alteraram seu itinerário, evitando áreas de bairros pobres. A situação do transporte, que já era ruim, se tornou caótica. Os coletivos estão retornando mais cedo às garagens e os terminais ficam abarrotados de trabalhadores querendo retornar para suas casas após um dia de trabalho.

Todo este quadro é uma viva demonstração da barbárie capitalista. O domínio da grande propriedade privada, concentra riqueza para alguns e pobreza para milhões. A crise econômica dos últimos anos tem aumentado o número de desempregados, de pessoas que passam fome, de famílias sem teto, de jovens sem trabalho e sem lazer. Os milhões de jovens, que passam as piores privações em casa, se tornam alvo do recrutamento das facções que oferecem uma perspectiva de sobrevivência no crime. O tecido social se desintegra. Não há, por isso, como o capitalismo conter o aumento da violência, da miséria, do consumo de drogas, os conflitos armados nas favelas e toda sorte de desgraças que flagelam os milhões de proletários e seus lares.

O Estado policial não será solução para violência e o tráfico

É provável que este conflito atual entre o Estado armado e as facções dos bairros pobres, termine, mais uma vez, com o desmantelamento das ações criminosas. Será, no entanto, uma vitória temporária e jamais definitiva. Atrás dos líderes transferidos, novos assumem o lugar; atrás de jovens presos, outros novos ascendem no crime. A burguesia, que nesse momento vota a destruição da previdência e outros direitos dos explorados no Congresso, só tem a violência policial a oferecer. A

única via para se combater a barbárie capitalista e suas múltiplas manifestações (violência, as drogas, organizações criminosas, etc.) é a da organização dos explorados para a tomada do poder, para a revolução social, isto é, da expropriação da burguesia e construção do socialismo.

É preciso lutar imediatamente em defesa das condições de vida digna das massas proletárias. *Por escola, saúde, trabalho, moradia e lazer a todos! Por um salário mínimo vital que possa manter dignamente a família de 4 pessoas. Organizar a juventude sob a bandeira da revolução social!*

O assassinato de Agatha Felix aponta para o capitalismo em decomposição

Na sexta-feira, dia 20 de setembro, Agatha Felix, 8 anos, foi assassinada durante uma ação policial no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. A menina foi atingida nas costas por uma bala de fuzil. Sua morte gerou protestos na comunidade e no centro da capital. A morte de Agatha foi mais um crime de classe, mais uma vítima da barbárie capitalista. O aprofundamento da barbárie se expressa na política de segurança pública do governador, Wilson Witzel, que, dia após dia, de caveirão ou de helicóptero, tem alvejado a população pobre nas favelas.

Não bastassem as diversas formas de violência sofrida pelos explorados, fruto da opressão de classe, o governo Bolsonaro-Moro, por meio do pacote anti-crime, institui a não punição dos assassinatos cometidos pelas polícias

Muitas declarações de políticos, imprensa e representantes de direitos humanos ocuparam as páginas dos jornais e da TV. Mas, nenhum deles pode dizer que a matança dos explorados é produto direto do sistema que eles mesmos sustentam e defendem. Witzel tenta ser mais militarista que o próprio Bolsonaro. Criticou aqueles que protestavam, dizendo que estavam usando a morte de uma criança como palanque. É bem conhecido o autoritarismo do governador, que há um mês desceu do helicóptero comemorando a morte de Willian Augusto da Silva, no caso do sequestro do ônibus na ponte Rio-Niterói. É defensor do plano anti-crime de Sérgio Moro/Bolsonaro, que isenta os militares que assassinam crianças, jovens, enfim, os explorados das favelas.

O Rio de Janeiro expressa claramente as contradições do capitalismo putrefato. A dita “guerra às drogas”, que ocorre nas periferias e favelas, não passa de guerra aos pobres. Mas, a matança é uma realidade da grande maioria dos estados. Os números apontam a impotência da democracia burguesa em solucionar a mortandade no país, principalmente da juventude. Desde 2007, 57 crianças foram baleadas no RJ, 16 delas só em 2019 (28%); 5, destas 16, morreram. Em 2017, 4 em cada 5 homicídios no país foram de negros. De 1997 até 2017, o número de assassinatos cresceu 53%, porém, se no mesmo período olharmos para os assassinatos de pessoas de até 19 anos, o percentual sobe para 76,5%. As mortes pela PM, de janeiro a agosto de 2018, foram de 1.075, e 1.249, no mesmo período de 2019, um aumento de 16%. O que não deve espantar, dada a altíssima letalidade das armas

de guerra utilizadas nas ditas operações.

O crescimento da violência do Estado não deve estar dissociado das condições materiais de vida da população. Quase metade (46,9%) dos pretos e pardos está no mercado informal. Entre os jovens, o desemprego e subemprego é de quase 50%. As reformas trabalhistas, a terceirização e a MP da liberdade econômica deterioram, ainda mais, as condições de trabalho. Os 30 milhões de desempregados e subempregados são diuturnamente jogados numa miséria cada vez maior. E essa situação de penúria empurra uma parcela da juventude para o narcotráfico. Por sua vez, o Estado, que não passa de um gerenciador dos negócios da burguesia, é incapaz de resolver o problema pela raiz. Desta forma, prega que acabará com a criminalidade atirando contra a população das favelas.

Além das mortes, quase que diariamente, milhares de trabalhadores, idosos, jovens, estudantes, crianças, etc., têm as suas vidas alteradas pela violência cruel do Estado Policial, criando problemas no emprego, e mesmo de convivência social. São corriqueiros os relatos de invasões feitas pela polícia às casas nas favelas e conjuntos, durante a madrugada. Pessoas que perdem seus empregos, porque não podem sair de casa em dias de operação, etc.

Não bastassem as diversas formas de violência sofrida pelos explorados, fruto da opressão de classe, o governo Bolsonaro-Moro, por meio do pacote anti-crime, institui a não punição dos assassinatos cometidos pelas polícias, o chamado *Excludente de ilicitude*. Prevê que o “juiz poderá reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. Portanto, uma lei que incentiva a matança dos pobres.

Diante da guerra que é travada todos os dias nas favelas e periferias, a resposta só pode ser a luta nas ruas. Só assim será possível expor as causas de tamanha violência e o papel do Estado policial. É preciso combinar a luta por emprego e salário a todos aptos ao trabalho, pelo acesso aos estudos e ao trabalho à juventude oprimida. Não há como erradicar a violência reacionária pela via do parlamento e das demais instituições burguesas. Os crimes da burguesia e de seu braço armado (polícia) serão punidos pelos tribunais populares, organismos nascidos da luta direta dos explorados. Portanto, é preciso enfrentar os governos militaristas com os métodos da classe operária. Daí a importância de direções sindicais classistas, que trabalham para organizar os empregados, desempregados e subempregados. Esse é o ponto de partida que permitirá avançar no combate à raiz da barbárie social, que é o capitalismo.

Apeoesp

Mais um Congresso burocratizado, oposto às necessidades do movimento dos professores

No dia 20 de setembro, ocorreram os Encontros preparatórios para a eleição de delegados ao Congresso, que se realizará no final de novembro. Durante quinze dias, a vanguarda correu de escola em escola para eleger os pré-delegados. Uma corrida insana. As atas (numeradas e coloridas por região) não chegaram às escolas, porque dependiam dos correios. Agora, os burocratas disseram que o problema foi a greve dos correios, mas o fato é que, desde sempre, estas atas nunca chegam às escolas. Conseguir uma ata para eleger pré-delegados se transformou em uma saga. Depois, vem o filtro dos Encontros preparatórios, que transforma o pré-delegado em delegado, mas de acordo com a cota determinada pela burocracia da Apeoesp. E, por fim, vêm os critérios de eleição, de acordo com as teses apresentadas. Nada de democracia. Boa parte das regiões impõem os cortes de 20% ou 10%, conforme o estatuto da CUT. Quando se esperava que tivesse acabado a saga, os

pré-delegados se depararam com setores da oposição que assumiram a política de cortes, para impedir que correntes minoritárias pudessem eleger seus delegados, como ocorreu em Itaquera, Itapeverica e outras regionais que se dizem de luta.

Como vemos, estamos diante de mais um Congresso que nasceu morto para a luta. O que teremos é um Congresso de cartas marcadas, onde a burocracia tem a maioria dos delegados. Um Congresso que não fará um verdadeiro balanço das derrotas e da política da frente burocrática das centrais sindicais, bem como não haverá um balanço da política da direção da Apeoesp, PT e PCdoB, que levou à fragmentação da luta contra os projetos de Doria (PEI, Inova, Novotec, etc.), e ao desmonte do movimento em defesa da reposição salarial. Certamente, servirá apenas para restringir ainda mais a democracia sindical.

Abaixo, relatamos a intervenção da Corrente Proletária.

Lapa, Corrente Proletária procurou a clareza política

No Encontro de pré-delegados, compareceram 176 professores. Trata-se de uma região dirigida por setores de oposição, que defende a proporcionalidade direta. Ocorreram reuniões entre as Teses 13, 2 e 14, no sentido de agrupá-las no momento da apresentação, e tendo por base a proporção de cada um desses agrupamentos no Conselho Estadual. A Corrente Proletária, Tese 2, não aceitou, ficando unidas a 13 e 14. Foram, assim, apresentadas as Teses 1, 2, 3, 4, 11 e 13-14. Não houve debate, nem considerações do plenário, porque parte significativa de pré-delegados precisavam se retirar, em função do trabalho nas escolas da prefeitura. Isso não é de hoje, vem tornando esses Encontros meras reuniões, para aferir os percentuais de delegados por tese.

A Corrente Proletária distribuiu o resumo da Tese 2 e expôs, nos 12 minutos estipulados, a essência de sua posição. Obteve 24 votos, cabendo 6 delegados e 1 suplente. A Tese da direção da Apeoesp terá 8 e 1 suplente; A 3, uma divisão do PT, 1 delegado; a 4, Esquerda Marxista, 1; a 11, "Unidos prá Lutar", nenhum e a 13 e 14, PSOL, PSTU e PCB, 22 e 2 suplentes. Como o PSTU se manteve no bloco, terá direito a 3 delegados, previamente determinados.

Mauá, sob o critério da proporcionalidade direta

Nessa região, compareceram 5 teses, 1 (da direção da Apeoesp), 2 (Corrente Proletária/POR), 4 (Esquerda Marxista), 6 (Oposição Revolucionária) e 13 (de agrupamentos do PSOL e do PCB). A participação de pré-delegados não foi significativa. Como se trata de uma subsede dirigida por correntes de oposição, havia a proporcionalidade direta. Todas as Teses foram apresentadas. Coube à Tese 2 expor a crise capitalista e como ela atinge o Brasil, denunciar a política de conciliação de classes das direções sindicais, criticar o reformismo que alimenta ilu-

sões em uma parcela dos explorados, defender a independência política e organizativa dos sindicatos e movimentos, e se colocar pela construção do partido revolucionário. No entanto, no momento da votação, a Tese 2 se juntou à 13. O que consideramos que não foi correto, porque o critério da democracia sindical já estava garantido e a Corrente Proletária estaria representada no Congresso sobre a base de posições distintas.

Litoral Norte, golpes e falsificações

A pré-Conferência e pré-Congresso regional da Apeoesp, na Subsede de Caraguatatuba, foram marcados por inúmeros golpes da burocracia para impedir a participação da oposição (Corrente Proletária na Educação). Os golpes começaram pelo controle das atas, que supostamente vão para as escolas para a eleição de pré-delegados. Em Ubatuba, não chegou nenhuma ata, elas foram levadas pela própria burocracia e serviram para a retirada pré-delegados comprometidos com a sua política. Nas escolas em que existem professores oposicionistas, as atas não chegaram. A Corrente Proletária fez inúmeros recursos, exigindo as atas substitutivas, conforme prevê o regimento. Os burocratas mentiram, dizendo que não existiam atas para substituir as que faltavam, disseram ainda que a oposição já tinha 4 atas originais. Essa fala já denuncia que existe um rígido controle das atas que podem chegar nas mãos da oposição. O objetivo da manobra era impedir a tirada pré-delegados pela oposição.

O trabalho da oposição foi de visitar as escolas explicando o que era o Congresso e a Conferência, e mostrando a importância de aprovar um plano de combate efetivo aos ataques de Bolsonaro e Doria. Denunciou, também, o caráter burocrático e despolitizado do Congresso, imposto pela direção majoritária (PT e PCdoB).

A burocracia da região, mediante a exigência da Corrente Proletária, convocou, nas vésperas do Encontro, marcado para 20 de setembro, uma reunião para validar as atas que vieram das escolas. Nessa reunião, 5 atas foram impugnadas, alegando que foram xerocadas. Reafirmamos que foram xerocadas porque

não chegaram as atas originais nas escolas. Em seguida, exigiram que os pré-delegados (novos) deveriam ter pago a primeira mensalidade, o que impedia a participação. Depois de golpear a Corrente Proletária, os burocratas apresentaram a proposta de um acordo de eleição de delegados pela proporcionalidade da direção da Subsede. Numa tentativa de impedir que a Tese 2 da Corrente Proletária fosse exposta e o debate com os participantes fosse abortado. Como não conseguiram, convocaram nova reunião para continuar verificando as atas. O que se verificou foi que havia inscritos que sequer eram sócios, o que evidenciou que se tratava unicamente de barrar os pré-delegados de oposição. No final das contas, para a burocracia foram 13 impugnações de um total de 38; da oposição, 9 de 17. Foram impugnações de pré-delegados, eleitos pela burocracia, mas que poderiam modificar seu voto no Encontro. Reafirmamos que a Corrente Proletária foi contra a impugnação de professores eleitos nas escolas por meio de critérios burocráticos. Sempre defendeu a eleição direta nas escolas, portanto da democracia sindical. Desde sempre, rejeitou os Congressos milionários em hotéis.

A defesa das Teses e o debate entre duas posições opostas

No início, a Corrente Proletária reivindicou o debate das teses, após as exposições. Ao invés dos pré-delegados se posicionarem livremente, a burocracia impôs 6 inscrições, 3 para cada Tese. A Tese da direção foi exposta, ressaltando o passado petista na região, o golpe sofrido em 2016, e as dificuldades de construir a luta. A exposição da Tese 2, Corrente Proletária, partiu da análise da crise econômica e seus efeitos sobre o Brasil. Destacou as saídas burguesas para a crise, que resultam em maior opressão nacional e social. Explicou o golpe de 2016, que derrubou o governo do PT, a instauração da ditadura civil de Temer, e as exigências das reformas trabalhista e previdenciária. Enfatizou que a eleição do direitista Bolsonaro foi fruto do golpe, e da necessidade de impor as contrarreformas. Analisou o papel da frente burocrática das centrais, de submeter o movimento dos explorados ao Congresso Nacional, o que levou a duas grandes derrotas. Relacionou a política de cortes de recursos à educação de Bolsonaro com a de Doria. E concluiu, defendendo uma plataforma de luta, assentada nos métodos próprios da classe operária, que parte das reivindicações elementares dos trabalhadores, e avança no sentido da derrocada do capitalismo e implantação de uma sociedade socialista.

Após as apresentações das teses, a burocracia passou a atacar as ideias defendidas pelos militantes da Tese 2, com argumentos reacionários e antimarxistas. No final, procedeu-se a votação: 33 pré-delegados para 13 vagas. Com a aplicação de cotas para aposentados, ficaram 12 vagas para delegados. Votaram na tese da Corrente, 8 pré-delegados, portanto, 24%, resultando em 2,9, o que daria direito a 3 delegados. Mais um golpe, os burocratas determinaram 2 delegados, o que foi contestado pela Tese 2.

Itapecerica da Serra, setores oposicionistas aplicam o corte burocrático

A subsede de Taboão/Itapecerica é dirigida por uma frente da “Unidos Pra Lutar” com a “Apeoesp na Escola e na Luta. A Corrente Proletária na Educação/POR atua na região, mas não

Apeoesp

possui conselheiros eleitos. Como se vê, trata-se de uma subse de oposicionista. Tendo em mente essa composição, era de se esperar um Encontro mais democrático, que não reproduzisse as manobras típicas da burocracia sindical. Mas, não foi o que se verificou.

A frente que dirige a subse aprovou na Executiva o corte cutista dos 10%, ou seja, aplicou uma medida que excluía os setores minoritários, distorcendo o princípio da proporcionalidade direta. Coube a defesa contrária ao militante da FOS. No Encontro Regional, o militante da Corrente Proletária apresentou um recurso, a ser avaliado pela plenária. A sua argumentação girou em torno de dois aspectos: primeiro, que a livre expressão, com direito à representação proporcional, é parte do princípio da democracia operária; segundo, que concretamente, esse mecanismo de exclusão é empregado pela burocracia petista contra a oposição, constituindo, portanto, uma aberração a utilização desse artifício por setores oposicionistas contra outros agrupamentos oposicionistas.

Como o Encontro é um jogo de cartas marcadas, e quase ninguém comparece “solto”, isto é, os pré-delegados geralmente estão ligados às forças políticas que intervêm na subse, e, como a maioria pertencia a tal frente, o resultado foi a rejeição do recurso apresentado pela Corrente Proletária, com apenas alguns votos da base majoritária, pré-delegados que se mostraram aturcidos com a denúncia.

Num momento posterior, a Corrente denunciou a política contraditória da Corrente Unidos, que na região da Lapa se colocou pela proporcionalidade direta, e, nesta subse, defendeu o corte. Em outras palavras, trata-se de uma política oportunista.

Em função do critério burocrático, a Tese 2 não alcançou os tais 10%. Como se vê, em novembro, além do Congresso, que de antemão já garante a maioria para a Tese 1- PT, teremos correntes de oposição que dizem em suas teses que são a favor da proporcionalidade direta, mas, quando estão na direção, passam a navalha nos setores oposicionistas.

Itaquera, retrocesso político da oposição burocrática

Nessa região, havia duas teses, 2 e 13. Logo no início, a tese do bloco oposicionista propôs a junção e proporcionalidade de acordo com a representação na subse, cabendo à Corrente Proletária 4 delegados, o que não foi aceito pela Corrente. Em seguida, foi comunicada que, desta vez, haveria o corte da 20%. A surpresa foi que, pela primeira vez, se adotavam na região os critérios burocráticos da CUT. Houve a defesa do critério da proporcionalidade direta e do critério do corte. Venceu a proposta do bloco oposicionista.

Em seguida, houve a apresentação das duas teses. A Corrente Proletária, mesmo nas condições extremamente difíceis de eleição de delegados, como dissemos acima, contou com 21 pré-delegados. Portanto, mais que 10% do plenário. Mesmo assim, foi impedida de ter delegados ao congresso. Cabe ressaltar que, em um dos pontos escritos na tese 13, que defendeu o corte, é o da garantia do critério da proporcionalidade, pág. 129 do Caderno de Teses. Como se vê, em palavras é favorável, onde atua, é contra. Isso é típico da burocracia, mesmo estando na oposição.

Ao Congresso da CSP Conlutas

É bem provável que a maioria dos delegados tenha claro que a burguesia e os seus governos estão obrigados a descarregar a crise do capitalismo sobre as costas da classe operária e da maioria oprimida. Deve também ter deparado-se, ou empunhado a bandeira “Não pagaremos pela crise, que não é nossa”. O fato é que estamos pagando caríssimo. Arcamos com um dos maiores ataques a antigas conquistas e a nossas condições elementares de existência.

Temer e Bolsonaro passaram tranquilamente por cima dessa bandeira. Mostraram que, com palavreado, não se vence a burguesia, disposta a tudo para salvar os seus interesses.

Com absoluta certeza, todos os delegados participaram do movimento de abril de 2017, e de maio e junho de 2019. Várias foram as manifestações, e duas greves gerais. Estivemos, portanto, em ação. É nesse terreno que a burguesia e seus governos temem as bandeiras dos explorados. Se os explorados afirmam “Não pagaremos pela crise, que não é nossa”, estando em greve, já não se está no campo do palavreado. A questão, nesse caso, passa ser a de correlação de forças entre os exploradores e os explorados.

Os inimigos da maioria oprimida se perguntarão se as massas se levantarão em poderoso movimento, ou se apenas ensaiarão a luta. É o que fizeram Temer, em 28 de abril de 2017, e Bolsonaro, em 14 de junho. Constataram que a bandeira “Não pagaremos pela crise, que não é nossa” não tinha como se materializar, com um movimento limitado no espaço e no tempo.

A pergunta, agora, é a de saber se a classe operária e demais explorados não estiveram à altura de travar o combate, ou se sua direção não as organizou para vencer, ou, então, se nem os explorados estavam à altura, nem a sua direção se empenhou. Em princípio, o Congresso da CSP Conlutas – bem como o da CUT, que se realizará em seguida – nasce morto ou natimorto, uma vez que o momento mais agudo da luta contra a reforma da Previdência já passou. A classe operária precisava desse Congresso para orientar e organizar o enfrentamento a Bolsonaro. Se os delegados não responderem à questão do porquê a bandeira “Não pagaremos pela crise, que não é nossa” não teve o poder de confrontar as massas com o governo e o Congresso Nacional, então, não terá nem mesmo um só respiro de vida. As Teses do Partido Operário Revolucionário, de suas correntes sindicais, e do Boletim Nossa Classe, se baseiam nessa questão. Não vemos a mesma orientação nas demais Teses, embora estejam obrigadas a fazer referências nesse sentido. A direção da CSP-Conlutas tem o dever de evidenciar fielmente o que se passou na direção do movimento e apresentar seu balanço. Houve derrota? Houve traição? Qual foi a posição da CSP-Conlutas?

O Congresso não pode ter uma discussão séria, objetiva, classista e revolucionária, caso não parta da avaliação das experiências da resistência das massas às contrarreformas de Temer e Bolsonaro. O Congresso se realiza depois de duas profundas derrotas da maioria oprimida. Distintamente seria, se ocorresse depois de vitórias, ainda que parciais. O centro das

discussões, portanto, está na explicação sobre o que facilitou a imposição das contrarreformas pela burguesia e seu governo. E como enfrentar, daqui para diante, a derrota e as novas ofensivas de Bolsonaro.

As Teses do POR atribuem, como causa das duas derrotas, as traições da direção sindical. O fator fundamental se concentra na frente burocrática das centrais. Os movimentos, de abril de 2017, e de maio-junho deste ano, não estiveram sob uma frente única classista. É obrigatório distinguir a frente burocrática da frente classista. Não se pode ocultar ou disfarçar o caráter burocrático da frente com a bandeira de frente unitária classista. A direção da CSP-Conlutas não foi capaz de se diferenciar e combater a orientação da direção burocrática hegemônica. No Congresso, deve explicar aos delegados sua conduta política.

As Teses do POR mostram que a direção da CSP Conlutas se adaptou à frente burocrática das centrais, anulando-se como possibilidade de se erguer como um polo classista.

As Teses do POR mostram que a direção da CSP Conlutas se adaptou à frente burocrática das centrais, anulando-se como possibilidade de se erguer como um polo classista. A cisão com a CUT tão somente serviu ao divisionismo burocrático, que se ampliou. A frente burocrática é expressão política da negação da tarefa histórica de organizar a classe operária e os demais oprimidos em uma única central, democrática, classista e independente da política burguesa. É necessário combater o divisionismo em todos os aspectos, assim como combater o frentismo burocrático pró-capitalista. Estamos convencidos de que assim se passou, mas cabe aos delegados discutir criticamente a nossa certeza. Para isso, é essencial considerar se houve derrotas, se a principal causa se encontra em sua direção, e se tal frente foi burocrática ou não. De nossa parte, afirmamos que houve derrotas profundas, causadas principalmente pela orientação política da direção das centrais, e que a frente que dirigiu o movimento foi inteiramente burocrática.

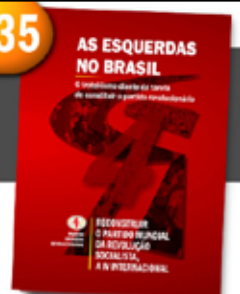
Houve um acordo, tácito ou negociado, de que o limite da luta era o Congresso Nacional. E de que o objetivo das mobilizações era o de apoiar os deputados da oposição, que apresentariam emendas ao projeto original, como parte das discussões na Câmara dos Deputados. Isso era o máximo que se poderia fazer, de maneira que as centrais não poderiam ser acusadas pela burguesia, pelo governo e pelo parlamento, de bombarde-

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



arem a democracia. Não se tratava de abrir caminho por uma grande mobilização que colocasse as massas em choque, não só com o governo recém-eleito, mas também com o Congresso Nacional. Esse foi o limite pré-estabelecido para a greve geral de 14 de junho.

Não é o caso, aqui, de detalhar a sabotagem havida no interior da própria frente. Mas, bastou que fosse parcial e menor que a greve de 28 de abril, para a burocracia atribuir a responsabilidade aos trabalhadores. E, assim, justificar a passividade posterior. A greve organizada, cuja presença da espontaneidade é pequena, depende dos explorados confiarem nos propósitos e na firmeza da direção. Depende de utilizar de todo o potencial e meio existentes para organizar o combate e alcançar o máximo de unidade da classe operária e demais explorados. Essa é a condição para minimizar o peso de outros fatores contrários à luta, como as ilusões de uma parte dos explorados no governo que ajudou a eleger, o alto desemprego, as ameaças de demissões, a pressão do Estado contra os sindicatos, etc.

Os marxistas procuraram reconhecer e considerar todos os aspectos favoráveis e desfavoráveis à greve geral, forma elevada de luta de classes. A greve geral de 28 de abril de 2017 foi mais potente, certamente contou a seu favor com a rejeição generalizada da população ao governo Temer. Tinha tudo para ser o ponto de partida pela derrubada das contrarreformas da ditadura civil, originada do golpe de Estado. Mesmo assim, a direção burocrática desmontou o movimento, já no 1º de Maio. A reforma trabalhista e a lei da tercerização foram aprovadas na mais abjeta pasmaceira social. Essa derrota marcou as massas. Já não tinham confiança de que sua ação direta derrubaria o projeto de Bolsonaro. Certamente, sem compreender que o problema não residia na ação direta, na greve geral, mas nos limites impostos pela direção traidora. O conteúdo político de tais limites precisa ser exposto neste Congresso, sem atenuantes e volteios.

As direções das centrais estão comprometidas com os partidos no Congresso Nacional, principalmente com o PT e Solidariedade. O PT se constitui como oposição reformista; o Solidariedade, como uma nomenclatura, que é governista ou oposicionista, conforme a situação e interesse do momento. No caso das contrarreformas, as centrais se viram obrigadas a se juntarem, para enganar as massas e servirem à oposição parlamentar. Os burocratas partiram da avaliação de que a crise econômica e a necessidade de crescimento do País tornaram necessárias as reformas. O problema está, portanto, em como distribuir as consequências entre o capital e o trabalho.

A meta de amenizar os ataques aos explorados, sem contrariar os interesses da burguesia, levou ao desarme do movimento. A subordinação da luta ao Congresso Nacional impossibilitou e impossibilita a independência da classe operária diante da política burguesa. Nota-se que a frente burocrática se caracteriza por ser expressão, no seio dos explorados, da política dos partidos adaptados ao capitalismo e serviços da democracia formal. Inevitavelmente, a política

Conlutas

de conciliação de classes levaria à traição do movimento, e à derrota das massas. A experiência com essa direção traidora foi bem clara, sob o governo de Temer. Voltou a se repetir, sob Bolsonaro. A CSP-Conlutas tinha a obrigação de combater abertamente a tática e estratégia de conciliação de classes da frente burocrática.

A vanguarda tem pela frente um longo e árduo caminho de luta pela independência política e organizativa do proletariado. Não pode avançar, sequer um milímetro, sem um claro balanço das duas traições e das duas profundas derrotas. O sentido dessa tarefa é o de preparar um novo momento de luta, provavelmente em situação muito mais difícil que a de abril de 2017 e maio-junho de 2019. Daqui para diante, pesará ainda mais a desconfiança dos explorados na direção conciliadora, pró-capitalista e venal. Os embates contra as reformas trabalhista e da Previdência não deixaram uma base organizativa independente e classista. A burocracia se dedicará à preparação das

eleições municipais, apostando eleitoralmente na crise econômica e política, que continuarão a vigorar. A posição do pouco que resta das direções classistas deve ser diametralmente oposta.

Bolsonaro pretende concluir seu governo com uma virada na política econômica, trabalhista e previdenciária, que nenhum governo pós ditadura militar conseguiu. O golpe de Estado de 2016 e a ditadura civil de Temer pavimentaram

o caminho das radicais contrarreformas e do entreguismo pró-imperialista, encarnados pelo “bolsonarismo”. Nem bem a reforma da Previdência passava por seus últimos trâmites no Senado, aprova-se a Lei da Liberdade Econômica, que vai mais fundo na reforma trabalhista. O ministro Paulo Guedes está empenhado em “desonerar a folha de pagamento” dos capitalistas, livrando-os de encargos trabalhistas e previdenciários. Trabalha por extinguir o reajuste automático do salário mínimo de acordo com a inflação, por facultar aos governos a redução salarial do funcionalismo, por eliminar o abono salarial, e outras “bondades” exigidas pelo capital financeiro e credores da dívida pública. O Congresso deve, não apenas aprovar uma plataforma de reivindicações, como dar expressão organizativa à continuidade da luta. Que se defina pela frente única classista, contraposta à frente burocrática. Que impulse a formação dos comitês de base. Que aprove uma campanha nacional em defesa dos empregos e dos salários, e pela derrocada das contrarreformas.

A direção burocrática e o reformismo se mostraram serviais diante do capital financeiro, quando estavam no poder, e, impotentes, na condição de oposicionistas ao golpe e aos governos ditatoriais. Estão contribuindo para a burguesia impor seus planos antinacional e antipopular ao País. Somente com a libertação da classe operária dessa política, constituindo uma direção que empunhe o programa da revolução proletária, é possível derrotar a ofensiva da burguesia em decomposição. O Congresso da CSP-Conlutas deve discutir e aprovar a estratégia de poder próprio dos explorados, da tática assentada na luta de classes, da luta por um governo operário e camponês e pela libertação do País do domínio imperialista.

Aos delegados do XIII Congresso Nacional da CUT

Segundo a direção da CUT, o XIII Concut será um divisor de águas. Isso por que as novas tecnologias vêm provocando rápidas transformações “no mundo do trabalho”. Distintamente de quando foi fundada, em 1983, a “classe trabalhadora” já não é a mesma. Tornou-se mais diversificada, devido ao impacto da “4ª revolução industrial”. Vem ocorrendo “a proliferação de novas profissões”. Modalidades como “trabalho a distância, intermitente, temporário, terceirizado” implicam a “flexibilização e precarização ainda maiores do trabalho”. Essas mudanças fragmentam “a classe trabalhadora”.

Essa nova realidade, segundo a direção da CUT, exige da “Central atualização do seu projeto político-organizativo”. Caberia, portanto, ao XIII Congresso atualizar a política e a estrutura organizativa da central. A tese geral da direção é a de que se trata de definir como a CUT representará o conjunto “da classe trabalhadora”, que abarca aqueles que estão sob contrato formal, e os que estão na informalidade. A reforma trabalhista estabeleceu novas modalidades, como o intermitente. E a “indústria 4.0” vem criando “a nova classe trabalhadora”. Ainda segundo a direção, cabe à central determinar “uma estratégia adequada, que permita a inserção do Brasil de forma rápida nesse novo paradigma, discutida e consensuada entre todos os sujeitos envolvidos, especialmente os trabalhadores, e eficiente a este novo contexto, sem esquecer as diferenciações regionais, tanto produtivas como econômicas e sociais”. De maneira que os trabalhadores têm de “participar da elaboração da política industrial e tecnológica; intervir nacional e internacionalmente, para que o resultado desse processo contribua para eliminar as desigualdades entre países e intra-países, e garantir processos ambientalmente sustentáveis”. Em meio a essa conjectura, os organizadores do XIII Concut mostram-se muito preocupados com o “financiamento”, afetado pela reforma trabalhista, que extinguiu o imposto sindical. Acreditamos ter resumido o que pensa e o pretende a direção da CUT.

Chamamos os delegados a rejeitarem de conjunto tais argumentos e supostas soluções às tremendas dificuldades pelas quais passam a classe operária e demais explorados. A direção da CUT não faz senão repetir as explicações de analistas burgueses sobre as inevitáveis “revoluções tecnológicas”. Um dos argumentos de Temer e Bolsonaro para justificar a reforma trabalhista e previdenciária é o de que a economia brasileira está obrigada a acompanhar as transformações digitais que vêm sendo realizadas nas potências. A CLT, portanto, seria um velho obstáculo à modernização, ao ganho de produtividade e à inserção do Brasil nas cadeias produtivas mundiais. A tese da direção burocrática da CUT se assenta na aceitação da inevitabilidade da terceirização, do contrato intermitente, da redução da jornada reduzindo salários, e de todo tipo de informalidade. Para ela, o problema se resume em como “representar” uma “classe trabalhadora” fragmentada. E daí extrair novas fontes de financiamento sindical. Essa impostura burguesa oculta as raízes da gigantesca crise capitalista mundial, com seus reflexos no Brasil, e o avanço da barbárie social. Não há nada mais falso do que denominar a marcha da desintegração das forças produtivas capitalistas de “modernização tecnológica”.

A implantação de novas tecnologias é um fato incontestável. É visível que a burguesia necessita adaptar a jornada de trabalho e os salários, de acordo com essa realidade mundial. As contrarreformas de Temer e Bolsonaro correspondem a essas pressões.

As inovações tecnológicas trazem consigo o aumento do exército de desempregados, o agigantamento do subemprego, e a desvalorização da força de trabalho. Somente passando uma borracha na história do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, pode-se ocultar que as mudanças científicas, técnicas e tecnológicas não favorecem a ampliação da força de trabalho, provocam demissões em massa, e as ajusta às novas condições. É bem conhecido o fenômeno da revolução industrial na Inglaterra, cujas forças produtivas foram impulsionadas pela energia a vapor e avançados maquinários. Constantemente, as forças produtivas foram transformações, para continuar sua marcha ascendente. Ocorre que, em um determinado estágio, se chocam com as travas do próprio modo de produção capitalista, transbordando na forma de crise de superprodução. Exalta-se a “Indústria 4.0”, quando a economia nacional e internacional se encontra semiparalisada. O que quer dizer que as forças produtivas não estão sendo impulsionadas, e parte delas tende a se desintegrar. O fundamental para a política e o programa da classe operária está em reconhecer que, no capitalismo, o aperfeiçoamento tecnológico torna supérflua uma massa de trabalho humano, como demonstrou a teoria científica de Marx e Engels. O entusiasmo dos burocratas sindicais diante da tecnologia digital é um reflexo das campanhas burguesas. A classe operária não tem nada a ganhar com o imperativo da lei econômica que obriga os capitalistas a modernizarem constantemente os meios de produção. Por trás da capacidade infinita de aperfeiçoamento das máquinas, se encontra a anarquia social da produção. Na época do capitalismo imperialista, portanto, de domínio do capital financeiro e dos monopólios, os avanços tecnológicos se convertem em fator de impulso à barbárie social.

Chamamos os delegados a rejeitarem a tese de que a “classe trabalhadora” sofreu tamanha mutação que já não é a mesma de quando a CUT foi fundada. O crescimento da informalidade, subemprego e trabalho intermitente não criaram uma nova “classe trabalhadora”. É a mesma “classe trabalhadora” que sofre com a destruição de velhas conquistas trabalhistas, e com a precarização do vínculo empregatício. Os retrocessos sociais não a tornam uma outra “classe trabalhadora”. É uma grosseira falsificação atribuir às transformações tecnológicas a faculdade de criar uma “nova classe trabalhadora”. Esses burocratas, que se valem de assessores pseudo intelectuais, necessitam do embuste de que a classe operária já não é a mesma que nasceu com o capitalismo, de que se extinguiu, e de que deu lugar a uma genérica “classe trabalhadora”, fragmentada em inúmeras formas de atividades e profissões. Evidentemente, tanto a burguesia quanto o proletariado sofrem mudanças no tempo, no entanto, não se altera a essência de sua formação histórica. A burguesia é proprietária dos meios de produção e a classe operária só tem como propriedade a sua força de trabalho. A burguesia é exploradora e a classe operária é explorada. É claro que a exploração e a opressão são também exercidas sobre a pequena burguesia urbana e rural. O capitalismo continua a funcionar com uma minoria que detém as riquezas e uma maioria oprimida que mal consegue sobreviver. A noção de “classe trabalhadora” é imprecisa porque abarca tanto a classe operária quanto a pequena burguesia.

Chamamos os delegados a rejeitarem a tese de que os tra-

balhadores têm o papel fundamental de participar da elaboração da política industrial e tecnológica. Isso se chama colaboração de classes. A burocracia dirigente precisa mostrar à classe capitalista que está disposta a negociar quirelas, à custa do desemprego crescente, da redução salarial e do aumento da pobreza e miséria. Esse tipo de participação foi fartamente utilizado pelo sindicato metalúrgico do ABC, que colaborou com a aplicação da flexibilização capitalista do trabalho, cujo resultado foi daninho para a classe operária. Dizer que são os trabalhadores que participarão da elaboração de tais políticas é mascarar a subserviência dos dirigentes sindicais, adaptados às multinacionais. O fato é que o grande capital planeja as alterações, cabendo às direções segui-las. Não há “sujeitos envolvidos”. O que há é a determinação da burguesia para manter a superexploração e a alta lucratividade.

A classe operária e demais oprimidos sofreram duas profundas derrotas. As reformas trabalhista, de Temer, e previdenciária, de Bolsonaro, atingem as condições mais elementares dos assalariados e dos camponeses pobres. O avanço da terceirização é a face mais visível do aumento da exploração da força de trabalho. A via da burguesia de se livrar da contratação direta, e se utilizar de empresas paralelas, reproduz em grande escala o velho método que a oligarquia agrária se utilizou no corte de cana, criando o boia-fria e o atravessador (“gato”). Vemos que os exploradores conseguiram, por meio de sua democracia oligárquica, impor novas legislações que implantam velhos métodos capitalistas de exploração do trabalho. O resultado se verifica no rebaixamento dos salários, e na perpetuação da alta taxa de desemprego e subemprego. Verifica-se, também, no aumento da alta concentração de riqueza nas mãos da ultraminoria exploradora. O curso dessas alterações está transformando o Brasil em uma gigantesca massa de trabalhadores deserdados dos direitos mais básicos de proteção à brutal sanha patronal. É visível que, se já era difícil a um grande contingente de trabalhadores alcançar a aposentadoria, agora, se tornou impossível.

O Congresso deve ater-se a essa grave situação, responder a ela, e rechaçar a política de conciliação de classes das direções sindicais. As duas grandes derrotas se devem à traição da frente burocrática das centrais, que desarmou o movimento diante do Congresso Nacional, em nome da democracia. É o que se passou depois da greve geral de 28 de abril de 2017, e da greve geral de 14 de junho. A frente burocrática limitou o movimento da classe operária e demais explorados ao resultado da Câmara de Deputados e do Senado. Utilizou, inclusive, a greve geral e as manifestações para alimentar a oposição parlamentar, que se valeu de emendas aos projetos do governo para comparecer diante das massas como hipócrita defensora dos pobres. O fato é que, tanto a reforma trabalhista, quanto a previdenciária, foram aprovadas na maior tranquilidade, e apresentadas pelo Congresso Nacional como fruto da democracia. A experiência mostra que, quanto mais a classe operária e demais explorados dependerem da democracia dos capitalistas, mais derrotas sofrerão. A política de conciliação de classes da frente burocrática deve ser considerada pelo XIII Concut como a única responsável pelas duas grandes derrotas.

Chamamos os delegados a aprovarem uma plataforma de defesa da vida da maioria oprimida. Em defesa dos empregos e dos salários, reduzir a jornada sem reduzir os salários. Essa reivindicação deve ser ponto de partida à defesa do emprego a todos, aplicando-se a escala móvel das horas de trabalho, por meio da qual as horas nacionais utilizadas na produção são divididas en-

XIII Congresso Nacional da CUT

tre todos aptos ao trabalho, sem redução salarial. Fim imediato da terceirização e de toda forma de trabalho precário, efetivação de todos os terceirizados. Revogação das reformas trabalhista e previdenciária. Por um único sistema previdenciário, estatal e financiado pelo patronato, sob o controle da classe operária. Abolição de toda forma de flexibilização capitalista do trabalho (lay-off, banco de horas, PDV, etc.). Em defesa do salário mínimo vital, calculado segundo as reais necessidades da família trabalhadora.

É preciso também responder à política francamente pró-imperialista do governo Bolsonaro. A tese da direção se refere à democracia, soberania e direitos dos trabalhadores. No entanto, não levanta um dedo contra o capital financeiro e os monopólios, que controlam, em grande medida, a economia e a política do País. Não se trata de combater apenas o alinhamento de Bolsonaro a Trump, mas também qualquer tipo de alinhamento com o imperialismo. A burguesia brasileira se mostrou historicamente incapaz de garantir a independência nacional. A discussão de como ajustar as relações de trabalho às novas tecnologias é, precisamente, ditada pelos monopólios imperialistas. Aí vemos a ligação entre a defesa dos direitos dos explorados e a defesa da soberania nacional. A flexibilização capitalista do trabalho é uma imposição do grande capital, portanto, do imperialismo, que saqueia a força de trabalho interna e as potencialidades do País. O alinhamento de Bolsonaro a Trump é um reflexo da crise econômica mundial, que se abate sobre o Brasil, e que arrasta o Estado a se subordinar a uma das frações do imperialismo. As privatizações e a desnacionalização resultam da interrelação subalterna da burguesia brasileira com o imperialismo. A entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos, e da Embraer à Boeing norte-americana, indica o quanto o Brasil vem sendo submetido aos ditames da maior potência mundial. A gigantesca dívida pública e a quebra do Tesouro Nacional são parte desse mesmo problema.

Chamamos os delegados a levantarem a bandeira da independência nacional, como parte do programa da revolução proletária. Não haverá independência nacional sob qualquer forma de governo burguês. A experiência com os governos reformistas do PT confirma essa premissa. A direção da CUT pretende encadear o movimento sindical à “Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, do Emprego e contra as Privatizações”, lançada no Congresso Nacional. Trata-se de mais uma iniciativa eleitoreira. Somente a classe operária, em luta contra o sistema de exploração do trabalho, poderá encarnar a tarefa democrática da independência e soberania nacionais. Isso por que é a única classe que pode expropriar a burguesia, derrubando-a do poder do Estado, pela via da revolução social. É a única classe que pode e tem interesse em nacionalizar o sistema financeiro, os monopólios e a propriedade fundiária da terra. É a única classe que pode cancelar a dívida pública, e acabar com o saque das riquezas do País. O problema está em que ainda não tem uma direção revolucionária, capaz de unir a maioria oprimida em torno desse programa, e trabalhar pela constituição de um governo operário e camponês, que expresse a ditadura do proletariado contra a ditadura da burguesia. O que não quer dizer que as condições objetivas não estejam dadas para a luta consequente pela libertação do País do imperialismo. O XIII Concut deve rejeitar qualquer frente burguesa que se mascare com a bandeira da soberania nacional. Deve, em contraposição, aprovar a constituição de uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária.

Recife

Assembleia Unificada da UFPE rejeita Future-se e defende construção de nova greve geral

No dia 28 de agosto, foi realizada uma Assembleia Unificada de estudantes, professores e técnico-administrativos da UFPE, organizada pelo Comando Unificado de Mobilização. Cerca de 300 participantes, incluindo campus fora de sede e colégio de aplicação, atenderam ao chamado feito por meio de panfletagens, agitação no restaurante universitário, carro de com e redes sociais. O número revela que o movimento ainda está distante do que é necessário para enfrentar os ataques de Bolsonaro. Mas, é um passo importante de unidade na luta.

A reunião ampliada da reitoria e o conselho universitário

Na semana anterior, a reitoria convocou reuniões ampliadas sobre o Future-se. A posição do reitor, assim como das demais burocracias universitárias é a de que é possível a convivência harmônica do financiamento público com o privado, desde que se garantam os concursos, a gratuidade e a autonomia. Na atividade da reitoria, o diretor da Fundação de apoio FADE demandou maior autonomia para as fundações, o que eliminaria a necessidade das Organizações Sociais. Percebe-se que a via da burocracia é a de negociar o Future-se ou preservar seu conteúdo, porém, sob seu controle. A fala do pró-reitor de planejamento mostrou que os recursos em caixa não são suficientes para arcar com as despesas de setembro, mal cobrem a conta de energia elétrica. Por isso, a reitoria proibiu o uso de ar condicionado. Já não há recursos para aulas de campo e extensão. Mostrou que o orçamento de custeio e investimento vem caindo, chegando a 10% do que havia, em 2012. Informou ainda que 48% dos estudantes da UFPE vêm de escola pública, e mais de 70% têm renda familiar *per capita* abaixo de um salário mínimo e meio.

As falas da Fasubra e Sintufepe foram de denúncia ao privatismo já existente, como o da EBSERH, e de crítica à adaptação aos cortes, que leva à precarização do trabalho e à demissão dos terceirizados, que devem ser defendidos. A fala da UNE foi cheia de generalidades, como a de que é necessária a educação para o povo pensar e fazer revolução. Fez menção aos grandes atos de rua e convocou todos ao 7 de setembro.

O conteúdo da fala do POR, foi o seguinte: “O governo oferece um plano de morte às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), seja pela total desconfiguração ou de inanição com os cortes. Precisamos quebrar a naturalização da crise e dos cortes. Uma grande fatia da riqueza produzida pelos trabalhadores é sugada pelo mecanismo da dívida pública. E é esse mesmo capital financeiro que, por meio do Future-se, quer incorporar e capitalizar os imóveis das universidades e gerir o fundo a ser criado. O ataque à educação é parte de uma ofensiva mais ampla, que abrange a destruição da Previdência social, direitos trabalhistas e SUS. A privatização das IFES é parte da entrega da Petrobras, metrô, Eletrobrás, Embraer, estaleiros, Alcântara, etc. É parte da destruição de empregos da educação em geral, em todos os níveis, no campo e na cidade. Isso condiciona nossos passos e nossas alianças. Não vamos derrotar o Future-se por meio da Andifes. Mesmo com um posicionamento contrário dos reitores, o governo vai passar por cima. Não vamos conseguir

isso com os lobbies no parlamento, é preciso aprender com a derrota da Previdência. Teremos que criar espaços democráticos, agendas unificadas, dentro e fora da universidade. Será necessário fortalecer o comando e construir a assembleia unificada”.

Após as reuniões ampliadas, a reunião do Conselho Universitário, em 26 de agosto, rejeitou o Future-se. Permanece, porém, a perspectiva das burocracias de opor o privatismo de Bolsonaro ao privatismo já existente por meio das fundações e a via de negociação e diálogo. O Comando Unificado fez o chamado à comunidade, entendendo que não é suficiente o posicionamento contrário, é preciso definir as ações e métodos para derrubar este plano de destruição da Educação Pública.



O Comando Unificado fez o chamado à comunidade, entendendo que não é suficiente o posicionamento contrário, é preciso definir as ações e métodos para derrubar este plano de destruição da Educação Pública.

Assembleia Geral Universitária

A mesa foi conduzida por uma militante do POR, conforme indicação do comando e agregou a representação da UNE, ANPG, SINTUFEPE, ADUFEPE e administração. Na abertura, apresentou-se que haveria falas de cinco minutos das entidades e posterior abertura para o plenário. A participação foi grande. A maior parte das falas combinava a denúncia ao projeto, análise da conjuntura, mas também proposições de ações para enfrentar os ataques de Bolsonaro. Na fala do representante da ANPG, ficou mais clara a via de pressão parlamentar. Nas falas do plenário, porém, predominou a defesa da luta direta, ressaltada pela militância do POR. Propusemos a rejeição total ao Future-se, sem espaço para negociações. O estudante do DA de Ciências Sociais reforçou a proposta de que a assembleia não autorize nenhuma negociação, que este projeto tem de ser derrubado integralmente. Após as falas de análise da conjuntura, que trataram do cenário nacional e dos ataques à educação, a mesa leu as propostas de encaminhamento, abrindo falas para acréscimos, modificações e destaques. Houve votação em bloco, por unanimidade, da linha geral de “Rejeição total ao Future-se” e “Combinar a luta pela Educação pública as lutas contra a destruição dos empregos, direitos trabalhistas, Previdência social, saúde pública, empresas estatais e meio ambiente. Contribuir para a construção de uma nova greve geral”. Foi aprovado o calendário unificado.

Somente ante a cobrança da base da necessidade de articulação nacional das lutas, o dirigente da Fasubra informou que já há um espaço de articulação nacional do ANDES, FASUBRA e UNE, porém, o artificialismo é tamanho que não havia diretrizes das entidades gerais a ser apresentadas. Posteriormente, foi divulgada a circular do ANDES, convocando rodada de assembleias para a construção de uma greve nacional de 48h das federais.

Também foram aprovadas propostas organizativas para abranger o colégio de aplicação, campi fora de sede, criar comissões do comando, fazer panfletagens e atividades nos bairros, e fazer um plano de ação voltado aos terceirizados.

Em dois pontos, houve divergência e votação. O primeiro sobre a necessidade de aprovar a bandeira de “Reitor eleito/reitor empossado. Não à intervenção”. O diretor da ADUFEPE, do PCdoB, queria apenas aprovar não à intervenção, já aceitando uma nomeação, desde que esteja na lista tríplice. Mostra a total submissão. Defendemos a redação inicial, que foi aprovada pelo plenário.

A segunda foi em relação à inclusão da bandeira de “auditoria da dívida pública”. Opusemos à defesa do “Não ao pagamento da dívida pública”, mostrando como a auditoria é um mecanismo parlamentar, e denunciando que não será o parlamento que vai se chocar com o capital financeiro, mostrando a este os argumentos que indiquem o que deve ou não ser pago. Neste ponto, um professor do PCB caracterizou nossa posição de sectária, tentando combinar as duas bandeiras. E desinformou o plenário, dizendo que a auditoria poderia ser feita fora do parlamento. Teve o apoio dos técnicos do PSTU. Sabemos, porém, que o movimento reformista da auditoria cidadã da dívida exige que o Estado promova esta auditoria. Nesta votação, venceu a proposta de combinação das duas bandeiras.

Avaliação

Após a assembleia, houve duas reuniões do Comando Unificado. Permanece, porém, o entrave das direções burocráticas, que se integram ao Comando, mas colocam barreiras à sua expansão e enraizamento. O sindicato dos técnicos está em processo eleitoral, o que traz dificuldades à construção unitária, pois,

alguns elementos expressam uma tentativa de uso oportunista do comando, e outros acabam se ausentando, como se a luta da categoria não necessitasse de uma articulação mais ampla. No movimento estudantil, prepara-se a reativação do DCE, após 10 anos fechado, o que é muito positivo. Mas, percebe-se que o engajamento das correntes presentes ainda é superficial, sem compromisso prático. A manutenção do comando e a realização da assembleia contam com a atuação resoluta da militância do POR, que não abre mão das críticas necessárias às direções, mas atua para construir esta unidade, com um grande esforço para que vá além das direções, a maior parte delas burocratizadas. Propagandamos nossas posições e a defesa da estratégia revolucionária. Montamos banca e panfletamos nossos manifestos na assembleia e reunião ampliada.

O movimento da UFPE está à margem do movimento nacional. O ANDES-SN, em articulação com SINASEFE e FASUBRA para uma greve nacional da Educação de 48h. Nas reuniões de articulação nacionais, a UNE não se comprometeu com a adesão a esta greve. A FASUBRA já consulta suas bases sobre uma greve por tempo indeterminado. Na UFPE, porém, a dispersão está predominando. As atividades decididas na Assembleia e comando não são assumidas pelos integrantes. A marcação de uma nova reunião esbarrou no boicote da Adufepe e na ausência do Sintufepe por conta das eleições. A Adufepe, apesar das deliberações da Assembleia e Comando, não convocou assembleia específica da categoria para aderir à greve da Educação. Tudo indica que fará a adesão de fachada, com apoio da diretoria, via redes sociais, e ausência de qualquer deliberação e mobilização coletiva. Para o próximo mês, deve haver a nomeação do novo reitor, e um movimento de professores de direita, em articulação com um bolsonarista local, o Coronel Meira, anunciou que buscam um interventor.

Apesar de tantos ataques, a comunidade universitária está anestesiada. A ação dispersiva das direções é parte fundamental da compreensão deste estado de coisas. A criação de uma fração revolucionária entre professores, estudantes e técnicos é urgente.

Manifesto

Greve Nacional da Educação em 2 e 3 de outubro

Unidade dos explorados para derrotar o governo, a burguesia e o imperialismo

A pauta principal é a luta contra os cortes de bolsas e de verbas das universidades federais, bem como contra o projeto Future-se, de maior privatização e ingerência externa nas universidades.

Os dois dias de greve nacional têm atrás de si as grandes manifestações da educação de 15 e 30 de maio, a greve geral parcial contra a reforma da Previdência, de 14 de junho, e as manifestações de 12 de julho e 13 de agosto. A greve, convocada pela UNE, Andes e associações, ocorre numa situação em que ocorrem os maiores ataques do governo e burguesia contra as condições de vida e trabalho das massas, a reforma Trabalhista, a terceirização e a reforma da Previdência, bem como a violenta ofensiva contra os direitos sociais, particularmente a educação pública. A crise econômica capitalista mundial move os governos em toda parte, e também no Brasil, a tomarem medidas que descarregam suas consequências sobre as costas das massas exploradas. As medidas de maiores ataques ao ensino e pesquisa públicos, e favorecimento do negócio educacional privado, são parte dessa ofensiva.

Diante desses ataques gerais, as massas têm demonstrado tendências de luta. Só não resultaram num enfrentamento mais geral e direto ao governo, ao parlamento e aos capitalistas por conta da contenção realizada pelas direções sindicais, estudantis e populares, que desviaram as lutas que ocorriam massivamente em todo o país para as negociações parlamentares e a estratégia eleitoral, de desgaste do governo Bolsonaro e reorganização da oposição burguesa, com vistas a retomar um governo nacional reformista. Enfim, da aplicação da política de conciliação de classes, oposta à de luta de classes.

As centrais sindicais, que traíram os movimentos e os levaram à derrota no enfrentamento à reforma da Previdência, anunciam que apoiarão a greve da educação. No entanto, reafirmam sua trajetória colaboracionista, ao se negarem a convocar suas bases sindicais operárias a discutirem e deliberarem em assembleias a paralisação da produção social, a retomada da greve geral, desta vez mais forte e melhor organizada, e por tempo indeterminado.

O POR se empenha com todas as suas forças para que a greve nacional da educação se realize, fortalecendo as convocações de assembleias e defendendo a ação de massas nas ruas. Também trabalha para que sejam erguidas, ao lado das reivindicações da educação, a bandeira de luta contra as reformas trabalhista e da Previdência, assim como a terceirização. E as bandeiras de combate à desnacionalização e entrega do país ao saque imperialista. Assim, o POR comparece com sua militância e seus simpatizantes às manifestações dos dias 2 e 3 de outubro, para defender:

- 1) Não aos cortes de bolsas e verbas! Para defender o ensino público e gratuito, é obrigatório que seja financiado exclusivamente pelo Estado! Para isso, é preciso levantar a bandeira de não pagamento da dívida pública. São o gigantesco parasitismo financeiro e a efetivação da tendência geral da queda da taxa de lucro capitalista que levam a burguesia a preservar seus interesses por meio dos ataques em toda linha às massas. A ruptura com o imperialismo e a estatização dos bancos, sob controle operário, que garantirão que os recursos parem de ser drenados para os cofres dos parasitas da dívida e da superexploração do trabalho.
- 2) Não ao Future-se! Trata-se de um projeto que leva as universidades à dependência do financiamento privado, e à ingerência externa de organizações sociais (OSs), que dirigirão as instituições de acordo com as necessidades de valorização do capital investido. Boa parte das universidades já tem sofrido com o privatismo, que predomina entre a casta burocrática. Essa casta estatal administra, de forma autoritária, os orçamentos e diretrizes acadêmicas e de pesquisas universitárias. A burocracia universitária, que se expressa muitas vezes por meio de reitorias, se opõe ao Future-se por conta da perda de seu poder de manejar os recursos e o privatismo. Embora se choque, por essas circunstâncias com o governo, busca se apoiar nas mobilizações de estudantes, funcionários e parte dos professores para preservar seus mesquinhos interesses. A luta contra o Future-se tem de se realizar com total independência da burocracia universitária: reivindicações, métodos de luta e organização devem se realizar sem nenhuma subordinação à burocracia universitária. É preciso levantar as assembleias gerais universitárias (dos três setores), que mobilizem os que estudam e trabalham, discutam as pautas e reais necessidades, os métodos de luta unitários e a organização dos comandos unitários. De um lado, as assembleias universitárias devem aprovar as medidas de luta unitária com a maioria nacional oprimida, com o proletariado à frente. Hoje, retomar a greve geral por tempo indeterminado para pôr abaixo as reformas antinacional e antipopular do governo. De outro, defender de fato o ensino público, erguendo a luta pela estatização sem indenização de todo ensino privado, sob controle de quem estuda e trabalha, e a construção da real autonomia e democracia universitárias, que se expressa num governo tripartite (dos três setores), eleito pelo voto universal, com revogabilidade de mandato e subordinado à assembleia geral universitária. Esse governo universitário deverá pôr em prática um orçamento elaborado pelos três setores, e estará em choque com os governos e a burguesia, e ao lado dos explorados contra os exploradores.
- 3) Unidade da luta da educação com o movimento que combate as contrarreformas dos governos Temer e Bolsonaro! É preciso retomar a luta nas ruas, para por abaixo as reformas trabalhista e da Previdência, assim como a terceirização. O combate ao governo obscurantista e reacionário precisa da força do prole-

tariado, capaz de parar a produção social, numa greve geral nacional e por tempo indeterminado. A luta unitária e nacional das massas, em oposição ao colaboracionismo de classe das direções das centrais sindicais e demais organizações das massas, dará a força necessária para derrotar o privatismo e obscurantismo, e defender de fato a universidade pública e gratuita.

- 4) Erguer a luta anti-imperialista e anticapitalista! O entreguismo do governo Bolsonaro se espalha pela educação, destruindo o ensino público e favorecendo a monopolização privada, que tem por trás o capital financeiro internacional. Ele se expressa de várias formas, mas as mais evidentes são as privatizações e a entrega da Embraer, da base de Alcântara e do Pré-Sal às multinacionais. É preciso pôr em pé a frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária, de forma a combater por meio da luta de classes o entreguismo do governo. O nacionalismo burguês, que sempre foi débil no Brasil, hoje, sequer é capaz de defender as mínimas condições de independência nacional. Essa bandeira passou às mãos do proletariado e das massas oprimidas. Contra as frentes eleitoreiras, parlamentares, burocráticas e conciliadoras, construamos a frente de luta contra a burguesia de dentro e de fora do país.
- 5) Lutar sob a estratégia e tática da classe operária! Por trás da traição das direções, que dissolveram a possibilidade de enfrentamento de classe ao governo, parlamento e burguesia, por trás do eleitoralismo e burocratismo, está o objetivo estratégico de reconstituir um governo burguês, nacional reformista, que teria a tarefa de amenizar os ataques capitalistas contra as massas. Essa estratégia condiciona a tática de desgaste eleitoral e pressão parlamentar e institucional. Desvia as massas da tomada de seus problemas em suas próprias mãos, por meio da ação direta das massas, para o colaboracionismo de classes, que, na prática, é a derrota e maior sacrifício dos explorados em suas condições de vida e trabalho. Ao contrário, devemos nos guiar pela estratégia do poder próprio dos oprimidos, o governo operário e camponês, que virá por meio da revolução proletária, e não de nenhuma eleição. A esse objetivo estratégico, que certamente depende de um grande avanço da organização e consciência de classe das massas, corresponde a tática de tomar nas próprias mãos a solução dos problemas, por meio da luta de classes. A greve geral por tempo indeterminado, que está colocada como necessidade pelo ataque geral a partir do Estado, promovido pelos capitalistas, é o meio de combater pela derrubada do governo fascizante de Bolsonaro e constituição do poder próprio das massas. Por isso, devem ser rejeitadas as bandeiras eleitoreiras, que desviam as massas dessa direção.
- 6) Pela independência de classe do movimento! Pôr em pé o partido revolucionário! A independência de classe não é a neutralidade diante dos conflitos sociais, e sim a posição proletária para enfrentar a burguesia e seus governos. Somente pode haver real independência de classe sobre a base de um programa revolucionário, de conteúdo proletário, sob a estratégia da classe operária de tomada do poder pela via insurrecional. Esse programa é a base da organização do partido revolucionário, é sua essência. É preciso construí-lo, de forma a projetar a independência de classe, necessária para enfrentar consequentemente o governo e a burguesia, e dar à crise econômica e política uma saída historicamente progressiva, a revolução socialista. Do contrário, progredirá a barbárie, que se expressa hoje no governo reacionário e fascizante de Bolsonaro.

GREVE GERAL DA EDUCAÇÃO - DIAS 2 E 3 DE OUTUBRO

Como resposta aos constantes ataques à educação pelo governo Bolsonaro, ANDES, FASUBRA, UNE e SINASEFE estão chamando para uma greve geral da educação de 48 horas. Também soltaram notas de apoio, CNTE e algumas centrais sindicais. O primeiro semestre de 2019 foi marcado com uma grande mobilização da educação contra os desmontes, organizados por Bolsonaro e governos aliados. Os dias 15 e 30 de maio, milhões ganharam as ruas, mostrando disposição de luta. O dia 14 de junho, dia de greve geral, deveria ser o corolário desta luta do semestre, mas ficou aquém de sua potencialidade, pelo desmonte feito pelas centrais sindicais. O movimento pela educação ainda contou com atos nos dias 12 de julho e 13 de agosto, mas com amplitude menor. A proposta agora é retomar esta luta, ampliando o movimento e o tempo da greve; afinal, os cortes de recursos, de bolsas, o Future-se, as intervenções federais nas UF's, e a militarização das escolas seguem em marcha pelo governo.

No dia 2, as atividades serão principalmente nos locais de

estudo e trabalho, e, no dia 3, algumas estatais, como a Petrobras e Correios, pretendem fazer atos contra as privatizações. É preciso lutar contra as leis antinacionais e antipopulares do governo Bolsonaro que atacam ainda mais as condições de vida das massas, como é o caso da reforma trabalhista, lei de terceirização e lei de liberdade econômica, que, somadas à reforma da Previdência formam o conjunto dos maiores ataques já sofridos pelo proletariado brasileiro.

O POR participará das atividades dos dias 2 e 3 com as bandeiras de “*Nenhum corte na Educação*”, “*Abaixo o Future-se*”, “*Contra a militarização das escolas*”. Defenderá um sistema único de ensino, público, científico e voltado à produção social. Portanto, a estatização de toda rede privada e controle por quem estuda e trabalha. É preciso, porém, que as centrais sindicais e entidades, como a CNTE, saiam do apoio passivo e impulsionem os trabalhadores, convoquem assembleias para unificar a luta na educação com as reivindicações da maioria explorada.

Greve Estudantil na UFSC: estudantes apontam o método correto de luta

No dia 10 de setembro, os estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina deflagraram uma massiva greve estudantil, com adesão de 71 dos 80 cursos existentes, contra os cortes do governo Bolsonaro – que ameaçam o funcionamento da UFSC para somente até o dia 15 de outubro – e contra o Future-se. Na carta de deflagração, os estudantes grevistas apontam a necessidade de todo o movimento estudantil e universitário brasileiros se levantarem contra os ataques do governo, e conclamam que a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE) convoque uma Greve Nacional em defesa da educação pública, e que apresente uma política de enfrentamento aos ataques, para que os estudantes possam determinar os rumos do movimento.

(...) a forma de derrotar os ataques do governo Bolsonaro não se dará pelas reitorias, mas por estudantes e trabalhadores, organizados por meio das assembleias unificadas soberanas e comitês de luta.

Vale ressaltar que, dias antes (02/09), houve a massiva Assembleia Unificada da UFSC, com mais de 5 mil presentes, cujas deliberações orientaram os estudantes a constituir comitês de luta, além de assembleias por curso, bem como a construção de greve por cada categoria (estudantes, técnicos e professores), até o dia 10 de setembro. Na ocasião, deliberou-se, também, que se fizesse pressão para que a reitoria referendasse as deliberações da Assembleia Unificada, e se posicionasse pela rejeição integral ao Future-se, sendo que somente esta última foi acatada, no dia seguinte, pelo Conselho Universitário (CUUn).

Isso mostra que devemos ter o cuidado de não depender das decisões do reitorado. Por maior que fosse a pressão sobre a reitoria da UFSC, o Conselho Universitário apenas deliberou a rejeição ao Future-se, mas não preparou, na prática, a luta para derrubá-lo.

Isso se deve ao fato de que a burocracia universitária é parte do ordenamento jurídico-institucional do Estado burguês. As universidades que já rejeitaram o Future-se, por meio de suas reitorias, já somam 25 instituições. Uma parcela das reitorias está insatisfeita com questões pontuais do projeto, e, por isso, rejeitam em palavras, mas, na prática, está mais disposta a negociar mudanças pontuais no Future-se do que derrubá-lo integralmente. Portanto, a forma de derrotar os ataques do governo Bolsonaro não se dará pelas reitorias, mas por estudantes e trabalhadores, organizados por meio das assembleias unificadas soberanas e comitês de luta.

Além das reivindicações gerais, há ainda os problemas específicos que os estudantes da UFSC vêm passando, como a ameaça de restrição do Restaurante Universitário, que pode fechar suas portas para mais de 10 mil estudantes, e de cortes nas bolsas de permanência estudantil. Como se vê, os problemas da UFSC não são isolados: todas as universidades estão passando pelos mesmos ataques, em maior ou menor grau.

Justamente por isso, os estudantes da UFSC entendem que, isolados, não conseguirão barrar os ataques antinacionais e antipopulares do governo. Defendem um movimento nacional grevista, como saída para a defesa da educação pública, e para a defesa dos problemas elementares dos estudantes e trabalhadores da educação. Enquanto a direção da UNE e demais entidades não construírem uma luta nacional da educação e organizarem, de forma democrática e pela base, os estudantes – além de apontarem para a unidade com os técnicos, terceirizados e professores –, o movimento pode perder sua potência, constituindo mais uma derrota, graças ao burocratismo das direções das entidades estudantis. É importante frisar, além disso, que o caráter imperialista dos ataques à soberania nacional, aos direitos trabalhistas e previdenciários e à educação, assim como as privatizações e desnacionalizações, somente poderão ser derrotados, de fato, em unidade com a classe operária e demais explorados. O primeiro passo para essa unidade é retomar a construção da Greve Geral.

Rio Grande do Norte

Reforma do Restaurante Universitário não tem prazo certo para acabar

No início de julho, o Restaurante Universitário da UFRN fechou para uma reforma. O prazo inicial para o término foi de 90 dias (3 meses), ou seja, seria entregue no início de outubro. Mas, segundo a direção do DCE, em reunião com a reitoria, no dia 23/09, esta informou que o RU não será mais entregue em outubro, mas só em dezembro. A reitoria tem alegado que, durante a obra, foram sendo descobertos outros problemas nas instalações, que precisariam de manutenção.

Diante da interrupção da produção de refeições, foi concedido aos estudantes que possuem gratuidade, um auxílio alimentação, que, na maioria dos casos, não é suficiente para garantir todas as refeições da semana. De acordo com o que a reitoria entende como critérios de necessidade, o auxílio alimentação é subdividido em quatro faixas de valor: a primeira corresponde ao valor de 1 a 5 refeições por semana; a segunda corresponde ao valor de 6 a 10 refeições por semana; a terceira de 11 a 14 refeições; a quarta, o maior valor, é dado para os residentes, que inclui o café da manhã.

Além disso, sob justificativa do fechamento, os quase 100 terceirizados que trabalhavam no RU foram arbitrariamente demitidos. Em outras reformas do RU, os trabalhadores eram remanejados para outros setores, mas não foi o caso dessa, agora. A promessa foi de que, terminada a reforma, os trabalhadores serão readmitidos. Na prática, esses trabalhadores e suas famílias estão agora sofrendo os males do desemprego, e sequer têm a garantia de que serão de fato todos readmitidos, mas apenas uma vaga promessa.

Para piorar a situação, alguns estudantes relatam estar havendo atrasos no repasse do auxílio alimentação. Os estudantes temem que a reforma não seja finalizada este ano e, ao chegarem as férias, a reitoria corte ou reduza drasticamente o repasse do auxílio alimentação, sob a alegação de não estarem havendo atividades acadêmicas que justifiquem a permanência do estudante na universidade. Isso prejudicaria diretamente aqueles estudantes que, mesmo nas férias, se alimentam no campus, por participarem de atividades de pesquisa e extensão, bolsas de apoio técnico e turmas de férias. Inclusive, segundo a direção do DCE, na reunião de 23/09, a reitoria já anunciou que, para o custeio dos auxílios ali-

mentação, poderão ser cortadas outras bolsas, e aqueles estudantes que não passaram em pelo menos uma disciplina no semestre anterior (por exemplo, quem trancou o primeiro semestre), terão imediatamente seu auxílio cortado.

Demissão em massa dos terceirizados, atraso no término da obra, atrasos no repasse do auxílio, e possibilidade de corte e redução dos seus valores, além da possibilidade de corte outras bolsas, tudo isso soa como um corte de despesas que a reitoria está implementando, como uma forma de compensar o corte de gastos do governo federal, despejando o peso sobre a assistência estudantil. Os estudantes precisam estar em alerta, e não descartar a hipótese de que a reitoria planeja empurrar o término da obra para 2020, como uma forma de contenção de despesa, o que seria

A tarefa do momento é a de construir uma forte mobilização, para exigir a entrega do RU no prazo inicial de outubro.

um violento ataque às condições já precárias de permanência.

A tarefa do momento é a de construir uma forte mobilização, para exigir a entrega do RU no prazo inicial de outubro. Não podemos nos contentar com explicações superficiais, de que apareceram novas demandas na obra, até porque, se isso for verdade, então que se aumente a quantidade de trabalhadores e de recursos para a obra. A permanência estudantil tem de ser a prioridade.

Além disso, é preciso que o movimento estudantil, em suas assembleias e demais fóruns, discuta e delibere sobre qual deve ser o preço da refeição do RU. É um absurdo que um estudante tenha que pagar R\$ 7,00 em uma refeição de um restaurante industrial do porte do RU, quando, nos pequenos restaurantes ao redor do campus, se pagam R\$ 5,00. Na prática, o que a reitoria quis, com esse aumento abusivo de R\$ 3,00 para R\$ 7,00, foi excluir grande parte dos estudantes do acesso ao RU, como forma de conter gastos. A reivindicação de redução do preço da refeição é uma forma de atrair para a luta os demais estudantes, que deixaram de utilizar o RU porque não conseguem pagar sete reais. Ao nosso ver, inclusive, defendemos que o RU seja gratuito, por ser condição fundamental para a permanência de qualquer estudante na universidade, sem que dependa da família ou de bicos para permanecer estudando.



Proletária da Educação
nº 9
Set 2019

Derrotar a barbárie social, que se espalha pela Educação, com o programa revolucionário do proletariado

NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

nº 9
Set 2019

Recife/PE

Formação sobre o capitalismo e a destruição da natureza

No dia 21 de setembro, foi lançado, em Recife, o folheto “Capitalismo e destruição da natureza”. A atividade contou com a presença de militantes do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e convidados. Houve uma abertura, mostrando como a crise ambiental por conta do desmatamento da Amazônia é parte da conjuntura de ataques do governo Bolsonaro à Educação, como os cortes e o Future-se; a privatização das estatais, como a Petrobras, Eletrobrás, Embraer, Correios e bancos públicos; entrega da base de Alcântara; destruição da Previdência social, saúde pública; e direitos trabalhistas.

Mostrou que as relações entre homem e natureza são mediadas pelas relações de produção. Estas relações abrangem as relações entre os indivíduos para produzir as riquezas e, na atual fase do capitalismo, são relações marcadas pela propriedade privada monopolista dos meios de produção e pelo trabalho assalariado. A natureza, para o capital, é submetida ao lucro.

A anarquia da produção social condiciona também do uso predatório da natureza. Mesmo que haja distintas correntes de pensamento, como liberais e conservadores, há um consenso quanto à subordinação da natureza à

Após a leitura do manifesto “A Amazônia e o meio ambiente só serão preservados pela revolução proletária” abriu-se para o debate. Companheiros mostraram os mecanismos como o dos créditos de carbono, em que um país ganha “créditos” para emitir poluentes, desde que destinem recursos para medidas de preservação. Outros destacaram que a divisão internacional do trabalho condiciona que alguns países sejam presos à função de fornecedores de matérias-primas, diante da tendência à queda na taxa de lucro, a produção tem se tornado mais violenta e destrutiva. Cresce a violência no campo, inclusive com ações de “desassentamento”, com despejo de assentamentos do MST em Pernambuco e Paraná, e ameaças no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A unidade dos explorados e oprimidos do campo e da cidade é uma condição para a concretização da revolução proletária. A resposta à questão agrária, ambiental e indígena é parte da construção desta aliança.

Na sequência, houve a leitura conjunta do extrato de Engels “Humanização do macaco pelo trabalho”, em que mostra como a humanidade passa do desconhecimento ao conhecimento das consequências remotas de sua ação sobre a natureza. Mas, entre conhecer os efeitos destrutivos da produção capitalista e agir para impedir esta destruição, há uma grande distância, uma vez que a produção capitalista é voltada à obtenção do lucro. Abriu-se para o debate, com grande participação e elevando o nível de politização. Um convidado mencionou outras passagens de Marx, como a seção 2, Duplo Caráter do Trabalho Representado na Mercadoria, do capítulo 1, de O Capital.

No final do debate, concluiu-se que as leis do capitalismo são incompatíveis com a preservação da natureza. Mostrou-se como uma resposta consequente deve levar à superação revolucionária do capitalismo. As saídas de retornar a formas pré-capitalistas foram caracterizadas como utópicas e reacionárias.

(...) a humanidade passa do desconhecimento ao conhecimento das consequências remotas de sua ação sobre a natureza. Mas, entre conhecer os efeitos destrutivos da produção capitalista e agir para impedir esta destruição, há uma grande distância, uma vez que a produção capitalista é voltada à obtenção do lucro.

Um companheiro fez uma exposição, que partiu da crise em torno da Amazônia, destacando os dados do INPE sobre o aumento do desmatamento e demissão do diretor do instituto por conta da divulgação. Apontou, porém, a necessidade de uma resposta marxista para que se saia do campo das respostas da burguesia e pequena-burguesia.

Tratou da relação dialética entre homem e natureza, em como o homem, ao agir sobre a natureza, se autoproduz.

busca do lucro. A distinção é que uma ala pretende regar essa destruição por meio do Estado, por meio de tratados e protocolos internacionais. Outra se contrapõe a qualquer regulamentação, ampliando sua presença, em meio à desintegração do sistema capitalista, como vemos com as posições de Trump e Bolsonaro.

A resposta do imperialismo francês, de tratar a Amazônia como “nossa”, encanta parte da pequena-burguesia, que, em nome de demagogias quanto à preservação ambiental, descarta a soberania nacional. Mas, deve ser rejeitada pela classe operária. É necessário que o proletariado tome para si a solução para a profunda barbárie social, que se manifesta de inúmeras maneiras, e tem como uma de suas faces a destruição da natureza. A experiência com os governos petistas, que também desmataram, ampliaram as fronteiras agrícolas e aprovaram um código florestal pró-agronegócio, mostra que a resposta também não será um novo governo reformista que discipline o capital.



“Greve Global” pelo Clima não passou de uma impostura burguesa

Uma organização denominada “Coalizão pelo Clima São Paulo”, que se afirma como uma articulação ampla, suprapartidária e democrática, convocou para o último dia 20/09 uma manifestação internacional para “iniciar um diálogo com a sociedade, com base no conhecimento da ciência atual e nos saberes dos povos originários (...) sobre a Emergência Climática e os níveis já perigosos de interferência humana na Terra”. As concentrações, de milhares de pessoas, principalmente jovens, ocorreram em várias partes do mundo.

Em seu manifesto, apresenta reivindicações do movimento às autoridades brasileiras, como se políticas públicas pudessem deter o avanço dos capitalistas. Como se “educação sobre meio ambiente e sustentabilidade” servisse para a população se conscientizar de que a natureza está em perigo. Como se um fundo sustentado pelos latifundiários e agronegócio pudesse repor o saque da exploração capitalista. Como se a burguesia ou suas organizações pudessem fazer algo efetivo pela preservação do meio ambiente.

Greve que não é greve

A “greve global” não passou de um conjunto de manifestações, de composição policlassista (suprapartidária quer dizer que admite os partidos burgueses na sua organização e direção), que arrastou principalmente a juventude pequeno-burguesa, e volta-da, portanto, às instituições da democracia burguesa, para supostamente pedir ações que amenizem a destruição da natureza, hoje em franco avanço. Desconhece as reais causas da maior agressão ao meio ambiente, que estão na base econômica capitalista mundial em decomposição.

A verdade é que há bandos capitalistas, baseados nos países mais desenvolvidos, imperialistas, que estão disputando as reservas e fontes de matérias-primas mundiais, e se chocam por conta de quando e em que ritmo se deve saquear e destruir a natureza, em benefício próprio. Usam, nessa disputa, em seu discurso, de muitas tragédias reais que ocorrem com a natureza e com os povos indígenas. Mas, tudo o que fazem não protege, absolutamente nada. Esses impostores pretendem passar por salvadores da humanidade em geral, quando servem a uma das frações do imperialismo.

A disputa de urubus

Essa essência se fundamenta em que o capitalismo, na sua fase atual, imperialista, só tem como trilhar o caminho da destruição das forças produtivas (entre elas a força de trabalho), do meio ambiente e de todas as relações sociais, cultura, etc. Isto por conta da contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção e distribuição (propriedade privada dos meios de produção). A impossibilidade de aplicação da alta tecnologia na produção, exceto em alguns nichos estabelecidos pelas potências imperialistas, leva ao aumento da concorrência pelas fontes de matérias primas e mercados.

O que vemos na Amazônia é justamente a disputa entre duas frações imperialistas: uma que precisa agilizar a destruição da



floresta, em função dos seus negócios no agro e na mineração (EUA) – a fim de preservar valores de commodities e poder na disputa comercial –, e outra que pretende se valer da floresta para explorar sua água e outras riquezas, como uma reserva, um estoque (Europa) – também para fazer valer uso de seus papéis nas bolsas de valores.

Entreguismo dividido

Quando esse movimento, que conta com a participação de organizações burguesas na organização e direção, se coloca ao lado de um dos bandos imperialistas, na verdade, também apoia o entreguismo, só que para outros capitalistas.

Um movimento que expressasse a independência nacional diante da necessidade de defesa do meio ambiente teria, necessariamente, de se chocar com os dois lados do imperialismo. Teria de rechaçar a participação de organizações burguesas na manifestação, pois, elas mantêm ligações umbilicais com os patrões imperialistas.

A ausência de uma direção revolucionária à cabeça desse movimento o impede de acontecer sob uma política que defenda a autodeterminação do país e os meios adequados para impô-la, e a defesa real da Amazônia. Trata-se de pôr em pé a frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado, que se oriente a expropriar o grande capital, para responder à maior penetração do capital externo, que só pode se dar destruindo o meio ambiente.

Real defesa do meio ambiente

O capitalismo em decomposição não tem outro caminho, a não ser atacar cada vez mais a natureza. A defesa do meio ambiente passou às mãos da classe operária, que pode, por meio da transformação da propriedade privada em coletiva, por meio da revolução proletária, aplicar plenamente a alta tecnologia, de forma planejada e organizada, de acordo com as necessidades da maioria oprimida. Isso permitirá reduzir drasticamente a exploração do meio ambiente, de forma a permitir uma relação harmoniosa entre homem e natureza.

As manifestações expressaram um choque entre uma ampla parcela da juventude e os governos, mas esse choque é totalmente manejado pelas organizações, partidos e governos burgueses. Sem uma direção proletária, classista, serão fatalmente manejados para a disputa institucional/parlamentar/eleitoral. Somente a luta de classes, sob a estratégia e tática próprias do proletariado, pode efetivamente defender a natureza da destruição.

Nesta edição:

- **Viva os 70 anos da Revolução Chinesa.**
- **Bolívia:** Os imperativos da crise.
- **Bolívia:** Uma mudança importante na situação política.
- **Argentina:** Acabar com a fome já!
- **Situação política mundial:** Curso das tendências bélicas
 - Trump aperta o cerco sobre a Venezuela - Novas eleições em Israel
- **Lênin:** Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Viva os 70 anos da Revolução Chinesa



Em 1º de outubro, a Revolução Chinesa completará 70 anos. Há uma enorme distância entre a China revolucionária dos anos de 1930 e 1940, e a China restauracionista da atualidade. O proletariado mundial e sua vanguarda marxista-leninista-trotskista estão obrigados a assimilar a extraordinária experiência da conquista do poder pela classe operária e o campesinato.

Não é preciso insistir que toda revolução tem suas particularidades. Sem desprezá-las, este manifesto se limita a reivindicar as leis gerais da revolução proletária. A Revolução Chinesa foi proletária, embora tenha como particularidade a imensa presença das massas camponesas. É a esse conteúdo histórico que se refere a bandeira *"Viva a Revolução Chinesa!"*.

O processo de expropriação da burguesia expressa o programa da única classe socialista do capitalismo, que é o proletariado. A Revolução Chinesa, apesar de todas as contradições, abriu caminho para a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e iniciou uma transição ao socialismo. Nisso, em geral, se interrelaciona e compartilha com a Revolução Russa de Outubro de 1917. As diferenças quanto às particularidades objetivas das duas revoluções, e quanto às conquistas programáticas e teóricas, são sensíveis. O caráter e o conteúdo da revolução proletária, que criou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, não apenas romperam um elo da dominação capitalista, como iluminaram o caminho da Revolução Chinesa. Hoje, a URSS não mais existe, e a China se encontra profundamente condicionada pela restauração capitalista.

A restauração em ambos os países também tem suas particularidades. Mas, igualmente, se encontram ligados à degeneração burocrática do Partido Comunista Russo e do Partido Comunista Chinês. O comunismo nacional, regido pela tese estalinista da possibilidade de construção do socialismo em um só país, e da coexistência pacífica com o imperialismo, es-

teve na base da degenerescência do processo de transição ao socialismo, dos retrocessos nas conquistas revolucionárias, e do avanço das forças restauracionistas. Sobre o estalinismo e o maoísmo, pesam a responsabilidade histórica de se erguerem como antípodas ao internacionalismo proletário.

Não é correto, certamente, emblocar o estalinismo com o maoísmo, como se fossem um só ente. O estalinismo se gestou como um termidor da revolução proletária. Ergueu-se como uma tendência revisionista do marxismo-leninismo. O maoísmo não chegou a constituir um partido plenamente marxista-leninista, embora tenha se proclamado como tal. O fato de Mao Tsé-tung não ter assimilado em profundidade as formulações de Marx, Lênin e Trotsky, concretamente expressas na Revolução Russa, impossibilitou uma ruptura total com o nacionalismo. Assim, seja por motivos originados da necessidade do apoio da URSS à China, seja por convencimento de que Stalin era sucessor de Lênin, Mao acabou admitindo o estalinismo como uma influência benéfica para a revolução na China. O comunismo nacional e os interesses particulares das burocracias soviética e chinesa obstaculizaram constituir os laços internacionalistas das duas revoluções.

Não tendo uma base comum da transição para o socialismo, concluíram como adversários. O choque entre a URSS e a China, na década de 1960, quase resultou em uma guerra fronteira. Era inevitável que a emersão das forças restauracionistas não se limitasse a um dos países. Tanto na ex-União Soviética, quanto na China, estiveram colocadas a revolução política, como condição para restabelecer as bases das revoluções proletárias de Outubro de 1917, e Outubro de 1949. A sua inviabilidade franqueou passagem às tendências regressivas, tanto na URSS, quanto na China. É nessas condições que a classe operária e a vanguarda mundial devem fazer, das conquistas da Revolução Chinesa, um arsenal de luta pela derrocada

do capitalismo, tanto quanto as da Revolução Russa.

Um dos fundamentos mais importantes, que se extrai da Revolução Chinesa, é o de que somente sob a revolução proletária é possível realizar as tarefas da revolução democrática em um país atrasado e submetido ao imperialismo. É o que se passou concretamente, embora o Partido Comunista Chinês, e seu principal dirigente, Mao Tsé-tung, não encarnassem programaticamente essa lei histórica. A experiência da Revolução Russa, no entanto, já a havia exposto e confirmado plenamente. Era previsível, portanto, que essa mesma lei estaria presente na Revolução Chinesa.

A queda da dinastia Qing, em 1911, resultou na constituição da República. Esteve à sua frente o criador do Kuomintang, Sun Yat-sen, que tem suas raízes no movimento de 1919. O nacionalismo do Kuomintang emergiu, assim, no processo de uma revolução burguesa. A república e os nacionalistas, porém, não foram capazes de realizar a revolução democrática, que continuou pendente. Em outras palavras, a China continuou submetida aos colonialistas, os camponeses permaneceram presos aos laços da servidão, e manteve-se a fragmentação do país.

O Kuomintang, já na origem, mostrou sua debilidade diante do imperialismo. Expressou, portanto, a incapacidade da burguesia nacional de liderar um movimento pela total independência nacional. Sem a luta consequente por essa tarefa, não era possível ir adiante com a revolução agrária e a centralização unitária do país.

O Partido Comunista foi fundado em 1921. É flagrante a influência da Revolução Russa e do bolchevismo. Dava-se um passo decisivo na revolução chinesa, que apenas começava, e que seguiria um caminho épico de luta de classes, em que se destacaram as revoltas camponesas. Ocorre que, nos levantes de 1925-27, o estalinismo já influenciava os comunistas chineses a seguirem a concepção etapista da revolução democrática, separando-a como etapa independente da revolução proletária. Trotsky, em sua crítica à orientação do Comintern, dirigido por Bukarin, analisará amplamente os perigos da subordinação do partido comunista chinês ao Kuomintang.

O nacionalismo burguês já se encontrava esgotado, e agia no sentido contrário ao avanço da revolução democrática. A brutal repressão aos comunistas, que se encontravam no interior do Kuomintang, conhecida como "massacre de Xangai", de 12 de abril de 1927, marcou a sangue o erro de caracterização do estalinismo sobre o nacionalismo, que comprometia a estratégia e a tática. Erros esses que se originaram da concepção etapista da revolução.

A obstinação do general Chiang Kai-shek de liquidar o partido comunista chinês, seguindo as exigências dos senhores de terra, comerciantes e burguesia industrial nascente, levou a sua direção a deslocar suas forças para o campo. Essa separação abriu um longo período de guerra civil, que se encerrou com a derrocada do Kuomintang, em setembro-outubro de 1949. As revoltas camponesas abrigaram as forças de Mao Tsé-Tung, que recorreram à guerrilha diante dos feudais (latifundiários, senhores de guerra), e do exército de Chiang Kai-shek. O partido co-

munista se separava prematuramente da classe operária, que se desenvolvia nos grandes centros, como Xangai. Teve de aprender a combater com o método da guerrilha, de base agrária.

Em 1934, Chiang Kai-shek conquistou posição, e obrigou os comunistas a se deslocarem, na conhecida Grande Marcha. A dura experiência mostrou que não era possível vencer o exército do Kuomintang com as formas e os métodos da guerra regular. Reforçou a linha de Mao sobre o combate por meio da guerrilha. O Exército Vermelho, que, em 1937, se tornou Exército Revolucionário Nacional, passaria a utilizar, tanto a guerrilha, quanto a guerra convencional. Nesse embate, se encontram as particulares lições da Revolução Chinesa.

A ofensiva do Japão sobre a China não desviou o objetivo de Chiang Kai-shek, de esmagar as forças comandadas pelo partido comunista. O que frustrou a tentativa de sua direção, de estabelecer um acordo com os nacionalistas, que a essa altura tinham por trás de si o imperialismo norte-americano. Não

faltou a iniciativa de Mao Tsé-tung para convencer o Kuomintang a formar um governo de coalizão. Inclusive, a direção do partido recorreu aos Estados Unidos, procurando uma aliança contra o Japão. Também fracassou. O máximo que se obteve foi um arrefecimento da guerra civil, entre 1937 e 1945. Não houve outra via, senão combater em duas frentes: o imperialismo japonês e o nacionalismo chinês, já completamente desfigurado.



A negativa de Chiang Kai-shek em estabelecer um governo democrático-burguês com a participação dos comunistas, tipicamente de frente popular, e as condições sociais e militares a favor do Exército Revolucionário Nacional, permitiram a ofensiva final da revolução.

O Exército Revolucionário Nacional se fortaleceu no combate anti-imperialista. Passou a contar com amplo apoio das massas. Em 1943, Stálin ordena a extinção da III Internacional. Desarma a luta mundial do proletariado. Na China, Chiang Kai-shek se prepara para uma nova ofensiva contrarrevolucionária. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a ameaça japonesa estava superada. Chegava, portanto, a hora de recrudescer a guerra civil. Mesmo assim, o partido comunista insistiu em uma solução pacífica de poder, propondo a formação do governo de coalizão. O que seria um governo de conciliação de classes, tendo por trás as potências, principalmente os Estados Unidos. O fracasso dessa via levou ao desfecho final entre a revolução e a contrarrevolução.

A negativa de Chiang Kai-shek em estabelecer um governo democrático-burguês com a participação dos comunistas, tipicamente de frente popular, e as condições sociais e militares a favor do Exército Revolucionário Nacional, permitiram a ofensiva final da revolução. Em fevereiro as frentes de combate dos comunistas ganharam terreno, e em setembro a vitória estava assegurada. Em 1º de outubro 1949, foi constituída a República Popular da China.

***Viva os 70 anos da Revolução Chinesa!
Abaixo a restauração capitalista!
O futuro da humanidade está na sociedade sem classes!***

Bolívia

Os imperativos da crise

O governo que vencer as eleições continuará, necessariamente, com a política antioperária, antipopular e pró-imperialista de seu predecessor. Por quê? Porque no cenário de crise econômica mundial, preservar as relações capitalistas de produção impõe a necessidade de adotar medidas para baratear custos, precarizar as condições de trabalho, e rebaixar o valor da força de trabalho, objetivando reverter a tendência da queda da taxa média de lucro, inerente ao atual nível de desenvolvimento das forças produtivas. Isso acontecerá no novo governo Kirchner, isso acontecerá no próximo governo boliviano, seja Evo ou Mesa, porque esses são os imperativos da situação econômica, da crise capitalista.

Qualquer que seja o governo que saia das próximas eleições, seja Mesa ou Evo, estará comprometido em preservar os interesses dos seus sócios capitalistas, dos latifundiários e da burguesia nacional, por isso é que as medidas que adotarem serão sempre antioperárias, antipopulares e pró-imperialistas. Vejamos com mais detalhe esta questão.

A receita do Estado sofreu uma drástica redução, pela queda dos preços das matérias-primas, e isto tende a se acentuar. O Brasil comprará menos gás, a produção de hidrocarbonetos do país está em declínio, o déficit fiscal cresceu nos últimos quatro anos, no cenário de contração econômica que vive o país, a dívida externa e interna se torna um nó cada vez mais sufocante. Qualquer governo que entre, tem de enfrentar estes problemas e outros conexos. Evo já o vem fazendo, congela as verbas provenientes do Tesouro às universidades, municípios e governos, autoriza o uso dos recursos de fundos destinados principalmente à saúde e educação para gastos correntes, as associações de bairro veem suas verbas do Plano Operativo Anual (POA) reduzidas, as contratações públicas diminuem, os pagamentos se atrasam, etc. Essas medidas e outras, hoje temperadas pela demagogia eleitoral, depois de outubro, se endurecerão: fim do décimo quarto salário, maiores cortes na saúde e educação, assalto aos fundos destinados à saúde, congelamento salarial, endurecimento das políticas tributárias e dos tributos compulsórios, ao mesmo tem-

po em que se dão grandes facilidades à burguesia e às multinacionais. Entrega-se o lítio sem royalties por 70 anos, procura-se dar incentivos maiores para as petroleiras, etc., tudo em nome da solução da crise. Tudo isso já está em curso. Evo continuará fazendo, e Mesa também. A diferença entre um e outro estaria no ritmo e na ordem das medidas que acelerarão ou vão adotar, mas, em essência, se tratam de medidas antioperárias, antipopulares e pró-imperialistas.

A burguesia e as multinacionais preferem Evo Presidente, porque este lhes oferece certo controle sobre as massas descontentes, o que Mesa não pode oferecer e muito menos Ortiz. Uma questão que tem importância na hora de implementar esta ou aquela medida de ajuste econômico.

As oscilações da classe média são constantes, sempre existirão, o problema é como romper o círculo vicioso destas tendências burguesas, mais ou menos direitistas, que se alternam no poder, para salvar o capitalismo de sua quebra, à custa de maiores sacrifícios para as massas oprimidas. Isso só é possível com o levante do proletariado politicamente independente. Se observamos com cuidado, as condições para isso estão dadas, o proletariado vem sendo tensionado e empurrado para as ruas, para enfrentar as medidas antioperárias, que adotam os diferentes governos. Mas, entre a possibilidade da incorporação ao combate da classe em si, e a realidade da ação política consciente e independente do proletariado, há uma distância, que exige a intervenção de muitos fatores particulares, fundamentalmente da presença do Partido revolucionário, dotado de um programa e experiência no trabalho de dar forma política consciente ao instinto comunista do proletariado. Diferente de outras latitudes, na Bolívia, dada a experiência e a tradição histórica de luta do movimento operário e popular, tudo dependerá de como avançará o processo de reencontro do proletariado jovem com a sua tradição revolucionária.

(Extraído do Jornal Masas n. 2.602, do Partido Obrero Revolucionario da Bolívia)

Bolívia

Uma mudança importante na situação política

A incorporação do proletariado abre a possibilidade de uma saída revolucionária

Os últimos acontecimentos, nos quais o proletariado aparece com força, aceleram um novo processo, em que os explorados e oprimidos superam definitivamente as suas ilusões no governo do MAS e na farsa eleitoral. Chegam ao convencimento de que se trata de um governo que pisoteia as suas conquistas e seus direitos, obtidos em longas e duras lutas. Com o pano de fundo das lutas regionais, produto do baixo desenvolvimento do país, agora exacerbado pelo incêndio em Chiquitanía, desnudou, não somente a incapacidade do governo em resolver os problemas que emergem do desastre, mas também a sua natureza pró-imperialista e pró-empresarial. Agora está mais claro do que nunca que as causas dos desastres naturais são as multinacionais, que ganham muito com os transgênicos, as grandes empresas agroindustriais e os fazendeiros, que invadem a região afetada, com o amparo do governo.

A rebelião dos mineiros de San Cristóbal é outro elemento importante, que marca a fogo a presença do proletariado no atual processo. Constituiu-se em um poderoso catalisador, que sacudiu não somente o próprio setor, mas também o país em seu conjunto, bem como a mobilização dos operários urbanos em escala nacional, exigindo estabilidade em seus empregos, melhores condições de vida e de trabalho, contra o autoritarismo patronal, etc.

O oficialismo e a esquerda reformista, que se esforça por minimizar este fenômeno de incorporação proletária às mobilizações, consideram que se trata de algo circunstancial, e que não é parte de todo um processo cumulativo na consciência dos explorados, que desembocará no exercício da independência política frente ao governo. Raciocinam que os mineiros, os fabris e outros setores, que dependem de um patrão, chegarão ao convencimento de que somente o fortalecimento das empresas pode garantir a

plena vigência de seus empregos. Nesta medida, os trabalhadores mineiros do setor estatal, por exemplo, estariam condenados a continuar confiando no MAS, porque é a única opção que têm para assegurar os seus empregos. Igualmente, no setor privado, os mineiros e os operários urbanos se viriam obrigados a defender as empresas, para assegurar o trabalho efetivo no futuro.

Contrariamente ao raciocínio do oficialismo, o ascenso das massas está dando um salto precisamente pela incorporação do proletariado nas lutas que outros setores já estão travando. Nesse processo, a classe revolucionária marcha pelo caminho do abandono de toda forma de legalismo, de democratismo e de colaboracionismo com os governos burgueses. Abre-se a perspectiva de que a classe operária rapidamente se converta na direção política do conjunto da nação oprimida. A experiência dos mineiros de San Cristóbal que, pela via da ação direta, conseguiram encurralar a empresa Sumitomo e o Estado burguês, ainda tem características instintivas, mas ficará gravada na consciência, não somente dos seus atores, mas do conjunto da classe, e de outros que também estão nas ruas, como os médicos e professores. Terá a virtude de dar confiança aos combatentes, e impulsioná-los a novas arremetidas mais gerais, convertendo as lutas puramente

reivindicatórias em políticas.

O instinto comunista do proletariado desembocará na necessidade de destruir a grande propriedade privada dos meios de produção, do Estado burguês e de todas as suas instituições. Para que o instinto se converta em consciência, terá de travar grandes batalhas, diante das contradições internas, que necessariamente surgirão, entre a massa instintiva e a vanguarda política. Nesse processo, que poderá ser acelerado ou retardado pelas condições objetivas da acentuação da crise econômica, tem fundamental importância o trabalho do Partido revolucionário no seio das massas mobilizadas, dando projeção e conteúdo político a suas ações cotidianas.

Todas as particularidades do atual desenvolvimento social nos mostram que, com muita rapidez, as massas estão dando grandes saltos, imprimindo dinamismo à luta de classes. Com bastante frequência, o Partido revolucionário demora a perceber as tendências ocultas que se desenvolvem no seio dos combatentes, fato que não lhe permite dar as respostas oportunas às exigências do momento político.

(Extraído do Jornal Masas n. 2.602, do Partido Obrero Revolucionario da Bolívia)

Argentina

ACABAR COM A FOME JÁ!

Este é o maior crime contra nosso povo

Nos últimos meses, agravou-se a situação de fome e pobreza. A inflação devora nossos ganhos. Salários e aposentadorias perdem poder aquisitivo, semana após semana. É pior para quem não tem trabalho ou foi demitido, pois, sequer tem algum recurso.

Os restaurantes populares não são suficientes para responder às necessidades populares. As organizações sociais, dos bairros e religiosas, que atendem os restaurantes populares, não têm recursos suficientes. O mesmo ocorre nos restaurantes das escolas, pois, com poucos recursos não conseguem atender nem mesmo com migalhas de pão.

Essa é a prioridade central: acabar já com a fome. É urgente. Existem os recursos materiais para atender as necessidades. As organizações sociais e os sindicatos devem realizar o cadastramento de todas as famílias, de todos os que precisam de atenção alimentícia, e garantir que recebam semanalmente a quantidade de leite, pão, macarrão, farinha, erva mate, carne, óleo, batatas, verduras, frutas etc., para poderem se alimentar como pessoas. Devem chegar os recursos a todas as escolas, e a todos os restaurantes populares. Sem nenhuma intermediação privada. Não pode haver lucro, não pode haver especulação com os recursos destinados a resolver esta situação dramática.

Os politiquinhos estão preocupados com a campanha eleitoral, com a contagem dos votos, com quantos deputados terão, em como entram e saem do governo. Esqueçamos do Congresso e de suas leis, eles estão lá para resolver as exigências do FMI ou dos mais poderosos, são um bando de parasitas imprestáveis, que no máximo farão uma denúncia ou um diagnóstico, mas, jamais vão atender ao drama da maioria. Quando vão fazer uma lei de emergência alimentícia, sanitária e educacional? Não é tempo de leis, eles já deram as costas às nossas necessidades, aprovando todos os ajustes e o orçamento do FMI.

Temos de confiar em nossas próprias forças, em nossa organização. Os sindicatos e as CGT/CTA devem levar a sério suas

próprias denúncias. Devemos paralisar o país por tempo indeterminado, até que se satisfaça a necessidade dos famintos. Ou alguém pensa que eles o farão voluntariamente? Os mais necessários são os trabalhadores e as famílias, que não têm trabalho formal, ou aqueles que o têm, mas seus ganhos não alcançam nem para uma semana. Muitos deles não estão organizados sindicalmente. Falamos de mais da metade da população.

A eliminação do IVA, ou os “preços cidadãos” para alguns produtos, é uma burla, perante a magnitude do problema. O dano que se está provocando é terrível.

Os representantes da oligarquia estão preocupados em manter a cotação do dólar bem alta (competitivo dizem), e que não se lhes imponham retenções, assim ganharão integralmente. Esse dólar bem alto significa que o preço dos produtos de que precisamos continue aumentando, a níveis inalcançáveis. A indústria de alimentos e as cadeias de supermercados não querem saber do controle de preços, querem liberdade para colocar os preços que quiserem. E, por via das dúvidas, provocam o desabastecimento de alguns produtos, até poderem colocar os preços desejados.

Não há como conciliar sua sede de lucros com a fome da maioria. Não há forma de dialogar ou consensuar, entre essa pequena minoria de proprietários de tudo, e a grande maioria que passa necessidades insuportáveis.

É verdade que estamos diante de uma catástrofe social e há que agir consequentemente. Haverá que arrancar pela força tudo o que se apropriam e nos negam. Haverá que confiscar os supermercados, as fazendas, os moinhos, as usinas lácteas, as fábricas, para que tudo o que produzimos atenda, antes de mais nada, as necessidades imperativas da maioria. Os exploradores não entendem outra língua.

Isso não se resolve com uma lei no Congresso. Isso se impõe com os métodos da classe operária.

(Extraído do Jornal Massas, n° 358, órgão do Partido Operário da Argentina)

Curso das tendências bélicas

No dia 14 de setembro, Drones atacaram as refinarias de Abqaiq e Khurais, na Arábia Saudita, responsáveis pela metade da produção da empresa estatal Aramco, que fornece 10% do petróleo consumido em todo o mundo. A produção de 5,7 milhões de barris diários de petróleo (6% do consumo mundial) ficou paralisada. Visando a acalmar o mercado, a monarquia saudita informou que conta com estoques (188 milhões de barris armazenados), suficientes para suprir a demanda durante semanas. Os Estados Unidos também ofereceram suas reservas estratégicas.

Os preços do barril, imediatamente, se elevaram entre 15% e 20%, chegando a 63 dólares. O petróleo “Brent” (refinado) subiu 19%, chegando a US\$ 71,95. Enquanto o barril de “petróleo bruto” americano teve alta de 8,8%, ficando em 59,7/l. E o “Brent” americano se elevou em 10%, atingindo os US\$ 66,24.

Na base desse convulsivo processo, acha-se o violento choque entre as forças produtivas, encarceradas pela grande propriedade privada dos meios de produção, e as fronteiras nacionais.

Com crescentes conflitos no Oriente Médio, é provável que a alta dos preços mundiais do petróleo continue a se projetar por todo um período, mantendo em alta os elevados lucros das empresas do setor. Os EUA aproveitaram o acontecimento para deslocar mais tropas para “proteger” as instalações petrolíferas da Arábia Saudita. De forma que o exército norte-americano passa, não apenas a servir de guardião dos interesses dos capitalistas que investirem na Aramco, quanto a permitir o capital financeiro norte-americano exercer maior controle sobre a produção de petróleo da Arábia Saudita. E, portanto, sobre as decisões políticas da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

Chama a atenção que, dispondo do mais avançado sistema antiaéreo da indústria militar dos EUA, o regime Saudita tenha sido incapaz de repelir os ataques. A “falha” serviu de

justificativa à militarização das refinarias pelos EUA, e responsabilização do Irã pelos ataques. O governo iraniano acusou os norte-americanos e sauditas de complô para “preparar o caminho para ações futuras”.

Aos EUA, basta denunciar o Irã para justificar a militarização das refinarias da Arábia Saudita, e aparecer como único capaz de defender os interesses de seus aliados. Obriga, assim, a monarquia a comprar mais da indústria militar norte-americana, e a servir de joguete na sua ofensiva pela derrocada do regime nacionalista iraniano. A proteção das instalações pelos EUA garantirá a logística de seu exército na região.

O ataque às refinarias se somou ao sequestro de barcos do Irã pelos Estados Unidos, e ao bloqueio naval ao livre trânsito pelo Golfo Pérsico. Nota-se que vêm sendo criadas condições para uma conflagração bélica regional e sua internacionalização. Na base desse convulsivo processo, acha-se o violento choque entre as forças produtivas, encarceradas pela grande propriedade privada dos meios de produção, e as fronteiras nacionais. O que impulsiona os monopólios norte-americanos a realizarem uma nova divisão do mundo, uma vez esgotada a partilha herdada do pós-Segunda Guerra. Tais contradições potenciam a decomposição e desagregação do capitalismo, em sua fase imperialista.

Está claro que esse percurso depende ainda de inúmeros fatores e condições políticas. Mas, depende, fundamentalmente, dos explorados do Oriente Médio avançarem na sua independência política, construindo os partidos marxista-leninista-trotskistas, e se organizarem em uma frente única anti-imperialista. O guia seguro dos explorados e dos povos oprimidos se encontra no programa da revolução proletária.

A explosiva situação exige que a classe operária dê saltos políticos e organizativos e que a sua vanguarda abrace a bandeira da IV Internacional, alicerçada no programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, e materializada na construção dos partidos-programas em cada país. Se não se dão passos firmes nesse caminho, avançando na reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a desagregação capitalista assumirá a forma da mais completa barbárie.

Venezuela

TRUMP APERTA O CERCO SOBRE A VENEZUELA

A situação política mundial se caracteriza por violentas convulsões nas relações políticas entre as classes e entre os Estados nacionais. São manifestações do esgotamento das medidas aplicadas desde 2008 pela burguesia imperialista, para equacionar os choques entre a produção social e as fronteiras nacionais, bem como com a grande propriedade privada monopolista.

Assinalamos essa lei do capitalismo em sua fase de desagregação, para frisar a importância que adquirem, no presente, as medidas, manobras e as viradas em política exterior. É o que se passa com os choques bélicos no Oriente Médio, que, se avançarem, caminharão para uma guerra internacionalizada.

Com suas particularidades, a mesma lei domina o intervencionismo imperialista na América Latina. A força determinante desse processo é o imperialismo norte-americano. Nele, se con-

centram as tendências a realizar uma nova partilha do mundo, e agravar a opressão sobre os países semicolônias.

Esse é o conteúdo do confronto entre EUA com a China e Rússia, ao redor da Venezuela pelo petróleo e minérios, assim como dos choques daquele com o imperialismo europeu, pelo controle dessa gigantesca reserva estratégica de inúmeras riquezas naturais, que é a Amazônia.

As burguesias nacionais e seus agentes políticos das semicolônias devem, fatalmente, se subordinar e disciplinar a uma ou outra dessas forças poderosas. O que não obscurece que cada país segue um percurso próprio, segundo sua estrutura e dinâmica de classes particular.

É importante partir dessa constatação para compreender por que o imperialismo norte-americano está apertando o cerco intervencionista à Venezuela. Nunca abandonou objetivo de

derrocar o nacional-reformismo chavista, apesar das derrotas de 23 de fevereiro, quando da tentativa intervencionista, mascarada de “Ajuda Humanitária”, e dos fracassados golpes de Estado de 24 de janeiro e 5 de maio.

Em 18 de setembro, a Organização de Estados Americanos (OEA) aprovou usar contra Venezuela o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que prevê a “defesa mútua” nos países assinantes, em casos de “ataques estrangeiros” ou “desestabilização interna”.

A Resolução tem por objetivo advertir sobre ameaças à paz, se permanecer o governo chavista no poder. Eis: o “território venezuelano tem se convertido em refúgio (...) de organizações terroristas e grupos armados ilegais, como o Exército de Libertação Nacional [ELN, guerrilha colombiana] (...), e outros, que ameaçam a segurança continental”. Aprova medidas para “lançar uma operação regional conjunta para identificar e perseguir altos funcionários do governo da Venezuela”, bem como “grupos irregulares aliados (...) envolvidos em corrupção, narcotráfico e violações aos direitos huma-

nos”. Para isso, cria-se “uma rede de caráter operacional que incluirá agências de inteligência financeira e de segurança pública intensificando a cooperação jurídica e policial nessas investigações”.

Em outras palavras: se criará uma força tarefa que visará a apertar o cerco financeiro, o bloqueio econômico e os ataques à nação oprimida, para derrubar o governo chavista do poder. Lembremos que as “ameaças à segurança” serviram no passado para derrubar governos e apoiar ditaduras genocidas. E justificaram a invasão do Iraque, do Afeganistão e da Líbia. O fato de ser o dito “presidente interino” - na verdade, imposto pelos EUA -, Juan Guaidó, que exige a medida, apenas serve de máscara ao intervencionismo ditatorial e militarizante do governo Trump.

A luta contra o intervencionismo imperialista na Venezuela é parte da luta geral contra a ofensiva de Trump no Oriente Médio e na Ásia. Dia a dia, tornam-se mais visíveis para os explorados as bandeiras anti-imperialistas, que se baseiam no programa da revolução proletária.

NOVAS ELEIÇÕES EM ISRAEL

Realizadas em abril, as eleições gerais deram a vitória a Benjamim Nentanyahu, após vencer apertadamente a coalizão Azul e Branco, do ex-general Benny Gantz. O principal aliado de Netanyahu em governos anteriores, Avigdor Lieberman, ex-ministro da Defesa, recusou integrar seu partido, *Israel Nossa Casa*, a um governo dominado pelos partidos religiosos ultra-ortodoxos.

Nentanyahu propôs a formação de um “governo de coalizão nacional”, alternando o cargo de primeiro-ministro com Gantz. Esse exigiu que fosse formado um “gabinete de unidade liberal”, que contasse com apoio da chamada centro-esquerda do Partido Trabalhista (PT), e da União Democrática (UD).

A chave de solução ao impasse passou, dessa forma, às mãos do nacional-chauvinista Lieberman, de um lado. E à *Lista Unificada* de partidos árabes (13 deputados), de outro. Finalmente, a maioria dos partidos da Lista decidiu apoiar Gantz, sob a justificativa de “impedir Netanyahu de ter um novo mandato”.

A posição da Lista árabe configurou-se como uma traição aos interesses dos palestinos e libaneses, submetidos diuturnamente à violência militarista e à política anexionista do Estado sionista. Ocorre que, seja qual for o governo que tomar posse, não alterará em nada de essencial na política exterior colonial e militarizante de Israel. A coalizão Azul e Branco, bem como o PT e UD, defendem a política de assentamentos em territórios palestinos, bem como as intervenções contra a Faixa de Gaza, Líbano ou Síria, sob a justificativa da “segurança nacional”.

A criação do Estado de Israel, em 1948, foi produto de uma

imposição do imperialismo norte-americano. Decorreu da partilha do mundo, operada pelas potências no pós-Segunda Guerra. Servia, fundamentalmente, aos interesses norte-americanos, que necessitavam de um enclave na região.

Está aí por que a democracia formal e as instituições burguesas erguidas nesse percurso histórico, bem como seus partidos, foram moldadas pela política sionista, que se constituiu em instrumento da opressão imperialista no Oriente Médio. Não por acaso, recentemente, foi assinado um acordo de *Assistência Recíproca* entre Israel e EUA, para a defesa militar contra “ameaças externas”. E um *Plano para a Paz*, elaborado pelo governo Trump, que propõe que as colônias judias na Palestina sejam consideradas “territórios soberanos” judeus. O mesmo se passaria com parte do Vale do Jordão (Palestina), e Golã (Síria).

Somente a destruição do Estado sionista, por meio da revolução e ditadura proletárias, acabará com a brutal opressão das burguesias imperialista e judia sobre a região. Somente um Estado socialista na Palestina, uno e indivisível, abrirá caminho à confraternização e solidariedade dos explorados árabes e judeus. No imediato, estão colocadas as tarefas de pôr em pé a frente única anti-imperialista, e garantir o armamento geral da população palestina e libanesa. Cabe à vanguarda que surge das lutas a tarefa de ajudar as massas a superarem o nacionalismo, e avançar a unidade internacionalista dos explorados contra seus opressores comuns. O que exige construir os partidos marxista-leninista-trotskistas, e desenvolver o programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.



**Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace para a Reconstrução da IV Internacional
Belo Horizonte, agosto de 2019 - R\$ 5,00

**Agrava-se a crise
mundial do capitalismo**

**Somente o proletariado pode encarnar
o programa da revolução socialista**

Em resposta à guerra comercial e às contrarreformas
impostas pela burguesia, desenvolver as tendências
de luta dos explorados, com suas reivindicações, método
da ação direta e organização independente

Leia o Boletim Internacional do Comitê de Enlace

A edição nº 27, agosto, analisa
o avanço da crise mundial e seus
reflexos na América Latina.

O Boletim é um instrumento voltado
à reconstrução do Partido Mundial
da Revolução Socialista, a IV Internacional.





Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Vimos no jornal Massas 594 a importância da VII Conferência dos bolcheviques, voltada a ajustar o programa, e a avaliação do momento da crise revolucionária em que se exigia completa precisão tática. Lênin explica que ainda não estavam dadas plenamente as condições para a insurreição e tomada do poder do Estado, sob a direção dos bolcheviques. Os operários, camponeses e soldados não haviam superado completamente as ilusões no governo burguês, constituído na revolução de Fevereiro. Todo o cuidado era pouco, para não se precipitar qualquer ação armada que servisse de justificativa para o contra-ataque da reação. Os mencheviques e os socialistas revolucionários estavam com força suficiente para manter o apoio dos soviets ao governo. Aumentavam os ataques aos bolcheviques, preparando o seu esmagamento. Lênin orientou o partido a intensificar as manifestações pacíficas em defesa do programa marxista para a guerra imperialista e preservação da vida dos explorados.

É nessas condições que, em 18 de julho de 1917, Lênin levanta a bandeira *"Todo o Poder aos Soviets"*. O que significava concretamente que os mencheviques e socialistas revolucionários constituíssem um novo governo revolucionário. Cada vez se tornava mais claro que se havia mascarado de democrático o governo de burgueses contrarrevolucionários. A farsa da democracia pequeno-burguesa dos mencheviques e socialistas revolucionários se esgotava, diante da contradição do duplo poder, que se instaurou desde a revolução de Fevereiro. Havia levado os soviets, criados pelo proletariado, a sustentar o governo burguês, que preparava a sua destruição.

Em julho, Lênin avalia que não se poderia sustentar por mais tempo o disfarce democrático do governo que abria caminho para as forças da contrarrevolução. Explica o sentido da bandeira *"Todo o Poder aos Soviets"*: *"Durante os meses transcorridos desde 27 de fevereiro, a vontade dos operários e camponeses, da imensa maioria do país, se aclarou, e não de forma geral. Sua vontade se expressou nas organizações de massa, nos Soviets de deputados, operários, soldados e camponeses"*. Era inexplicável, portanto, a oposição dos mencheviques e socialistas revolucionários à tarefa de se desfazer do governo contrarrevolucionário e se ocupar do poder estatal. Lênin conclui: *"Os elementos de instabilidade, por um ou outro moti-*

vo, são inevitáveis em uma situação como a atual. Obstinar-se, no entanto, não é precisamente uma política muito inteligente. Ainda que aos empurrões e saltos, as coisas caminham para a passagem do poder aos soviets, proclamado por nosso partido há algum tempo".

De fato, em junho, Lênin participou do I Congresso dos Soviets de Deputados Operários de Toda a Rússia. Na sessão de 4 de junho, desenvolveu a tese de *"Todo o Poder aos Soviets"*. Depois de demonstrar a particularidade do fenômeno da constituição dos soviets na Rússia, mostrando que esse tipo de duplo poder não existia *"em nenhum dos Estados burgueses parlamentares de tipo corrente"*, nem poderia



A coexistência dos soviets com instituições burguesas não poderia subsistir por muito tempo. A questão prática se colocava clara e urgentemente: ou a revolução avançava, ou a contrarrevolução triunfava. Atribui aos soviets o objetivo de derrotar a reação, que vinha sendo preparada pelos generais.

"coexistir com um governo burguês", Lênin explica que, *"nas resoluções de nosso partido, o chamamos de república democrática proletária-camponesa, em que o poder pertence exclusivamente aos soviets de deputados operários e soldados"*. Alerta que não se trata de um problema teórico. A coexistência dos soviets com instituições burguesas não poderia subsistir por muito tempo. A questão prática se colocava clara e urgentemente: ou a revolução avançava, ou a contrarrevolução triunfava. Atribui aos soviets o objetivo de derrotar a reação, que vinha sendo preparada pelos generais. Lênin, assim, fundamenta: *"Uma instituição dessa natureza constitui a transição para uma república que instaurará um poder estável sem polícia nem exército regular, não de palavras somente, mas nos fatos, um poder que na Europa ocidental não pode ainda existir, e sem o qual a revolução russa não pode triunfar, entendendo isso como triunfo sobre os la-*

tifundiários, bem como sobre os imperialistas".

As condições especiais criadas pela guerra imperialista e a organização de operários, camponeses e soldados nos soviets, bem como a existência de um governo destituído de poder, favoreciam um desfecho revolucionário distinto das revoluções sangrentas, que marcam a história das revoluções. Assim, era urgente que os soviets se ocupassem do poder. Lênin conclui: *"Na Rússia, essa revolução, como exceção, pode ser pacífica"*. Essa excepcionalidade só se verificava nas condições particularíssimas criadas pela guerra e pelo desenvolvimento da luta de classes. Como se vê, tratava-se de uma possibilidade, e não de uma diretriz pacifista, combatida a ferro e fogo por Lênin.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVI, Akal Editor)